

## Sumário

## Artigos

### Titulo I

Das disposições preliminares

1º a 4º

### Titulo II

Do saneamento Básico

Capitulo I - Disposições Gerais

5º

Capitulo II – Da fiscalização e Controle dos Sistemas

Abastecimento de água, dos sistemas de esgoto e lixo

6º a 21º

Capitulo III –Das instalações Prediais de água e esgoto

22º

### Titulo III

Do Saneamento do meio

Capitulo I – Da criação dos animais

23º

Capitulo II- Das cocheiras, estábulos, cavalariças, granjas,

Pocilgas, etc...

24º a 36º

### Titulo IV –

Do Saneamento das edificações

Capitulo I – Das disposições Gerais

37º a 42º

Capitulo II- Das normas Gerais de Edificações

33º a 45º

Capitulo III- Dos Conjuntos Habitacionais

46º a 48º

Capitulo IV- Das Habitações Coletivas

49º a 64º

Capitulo V- Das Edificações destinadas a ensino

65º a 73º

Capitulo VI- Dos locais de diversão e esportes

74º a 96º

Capitulo VII- Dos necrotérios, casas de velórios, camaras

Mortuarias e cemitérios

97º a 104º

Capitulo VIII- Dos locais de trabalho

105º a 130º

Capitulo IX- Das edificações destinadas ao comercio

E prestação de serviço

131º a 168º

Artigos  
Titulo V  
Dos Alimentos

|  |             |
|--|-------------|
| Capitulo I – Das Disposições Gerais    | 169° a 186° |
| Capitulo II – Da higiene dos alimentos | 187° a 217° |

Titulo VI  
Da limpeza pública e conservação urbana

|  |             |
|--|-------------|
| Capitulo I- Da higiene das vias e logradouros públicos   | 218° a 226° |
| Capitulo II- Das feiras livres   | 227° a 237° |
| Capitulo III- Dos loteamentos de terrenos para fins de<br>Exposição ou formação de núcleos urbanos | 238° a 242° |

Titulo VII  
Da vigilância epidemiológica

|  |             |
|--|-------------|
| Capitulo I- Das medidas gerais de profilaxia | 243° a 259° |
| Capitulo II- Da profilaxia da hanseníase     | 260° a 266° |
| Capitulo III- Da profilaxia da tuberculose   | 267° a 271° |
| Capitulo IV- Da notificação compulsória      | 272° a 278° |

Titulo VIII-  
Da ordem publica e bem estar coletivo

|   |             |
|---|-------------|
| Capitulo I- Das disposições gerais  | 279°        |
| Capitulo II- Da moralidade e do sossego publico                             | 280° a 286° |
| Capitulo III- Das casas de diversões publicas                               | 287° a 289° |
| Capitulo IV- Dos festejos carnavalescos                                     | 290°        |
| Capitulo V- Dos locais de Culto   | 291°        |
| Capitulo VI- Da utilização e do transito nas vias e<br>Logradouros públicos | 292°a 304°  |
| Capitulo VII- Das medidas referentes aos animais                            | 305° a 308° |
| Capitulo VIII- Dos inflamáveis e explosivos                                 | 309° a 313° |
| Capitulo IX- Dos anúncios e cartazes  | 314° a 320° |
| Capitulo X- Do funcionamento dos alto-falantes                              | 321° a 331° |

Artigos

Titulo IX

Do funcionamento do comércio, da indústria e da  
Prestação de serviços

Capitulo I- Do licenciamento dos estabelecimentos 332° a 338°

Capitulo II- Do horário de funcionamento 339° a 340°

Capitulo III- Das licenças para construções 341° a 344°

Titulo X

Das infrações e das penas

Capitulo I- Das Infrações 345° a 351°

Capitulo II- Das penas 352° a 366°

Capitulo III- Do Processo Fiscal 367° a 394°

Titulo XI

Das disposições finais 395° a 397°

## LEI MUNICIPAL Nº 1078/84

SÚMULA – Altera dispositivos e a redação do Código de Posturas do município de Amambai-MS, e dá providências correlatas.

O Prefeito Municipal de Amambai-MS.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão do dia 03.12.84, aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

### Titulo I

#### Das disposições preliminares

Art. 1º - Este Código de Posturas dispõe sobre as medidas de Polícia Administrativa, a cargo do Poder Executivo Municipal, e sua relação com os munícipes, no que se refere ao bem estar da população, aos costumes, segurança e ordem pública, o funcionamento regular e aspecto higiênico-sanitário dos estabelecimentos comerciais, indústrias, de prestação de serviços, feiras-livres, vigilância epidemiológica e demais posturas municipais.

§ 1º - Todos os assuntos pertinentes a saúde da comunidade, no município serão regidos pelas disposições contidas nesta lei, no ato que a regulamentar e nas normas técnicas especiais a serem baixadas pelo órgão competente da Prefeitura Municipal, sem prejuízo dos dispositivos legais pertinentes aos Governos Estadual e Federal.

§ 2º - Aplicação das medidas de prevenção à saúde do indivíduo, da família ou da coletividade, constitui dever não só do Poder Executivo Municipal, mas de todos os que estiverem envolvidos ou não, direta ou indiretamente.

§ 3º - O Órgão Municipal, responsável pela execução da Política de saúde e vigilância sanitária, incumbem planejar, orientar, coordenar e executar na área de sua competência as medidas que visam a promoção, preservação e recuperação da saúde, bem como promover e incentivar na esfera pública e privada, estudos e programas de ordem higiênico-sanitárias.

§ 4º - Os Órgãos e servidores incumbidos das funções de Polícia Administrativa Municipal, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência e orientação aos munícipes, prestando-lhes os esclarecimentos necessários sobre a interpretação e observância dos preceitos deste Código e das Leis Municipais pertinentes.

Art. 2º - Toda pessoa física ou jurídica, sujeita às disposições deste código, fica obrigada a facilitar e colaborar por todos os meios com a fiscalização municipal.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal, cumprirá e fará cumprir através de seus órgãos, a Polícia de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, a qualquer tempo que se aprobe.

Art.4º - A Prefeitura Municipal poderá afirmar convênios e Acordos de cooperação mutua, com Órgãos Federais, Estaduais, Municipais, entidades autárquicas e paraestatais, bem como instituições e organizações internacionais e ou particulares, de mesma finalidade, objetivando a implantação de novos serviços ou a melhoria , ampliação e integração das atividades já existentes.

## Titulo II Do Saneamento Básico

### Capitulo II Disposições gerais

Art. 5º - Para assegurar, manter, proteger, desenvolver e melhorar as condições de saúde e o bem estar da comunidade, à Prefeitura Municipal compete:

I – Fiscalizar e controlar os Sistemas Públicos de abastecimento de água e os Sistemas de Esgoto e Lixo do Município;

II – Fiscalizar as instalações prediais de água e esgoto;

III – Fiscalizar a criação de animais;

IV – Fiscalizar as cocheiras - estábulos, cavalariças, granjas, pocilgas, canis e outros locais para abrigo de animais;

V – Fiscalizar o saneamento e aplicação das normas gerais de edificações;

VI – Fiscalizar a aplicação das normas técnicas de saneamento básico e do meio;

VII – fiscalizar as condições higiênico – sanitárias dos hotéis, motéis, pensões, hospedarias e estabelecimentos congêneres;

VIII – Fiscalizar as condições higiênicos - sanitárias dos asilos, orfanatos, albergues e estabelecimentos congêneres;

IX – Fiscalizar a s condições higiênicos – sanitárias das edificações destinadas ao ensino – escolar;

X – Fiscalizar e promover a prevenção sanitária nos locais de diversões e esportes, tais como:

a – colônias de férias e acampamentos;

b – cinemas, circos e parques de diversões;

XI – Fiscalizar as condições higiênico–sanitárias dos necrotérios, velórios e cemitérios;

XII – Fiscalizar as condições higiênico–sanitárias dos locais de trabalho, tais como :

a – instalações sanitárias;

b – instalações de vestiários;

c – dependências e refeitórios;

d – proteção individual dos operários.

XIII – Fiscalizar as condições higiênico-sanitárias das edificações destinadas ao comércio e prestação de serviços, tais como:

a – salão de barbeiros e cabeleireiros, institutos de beleza e congêneres;

b – empresas especializadas na aplicação de inseticidas, raticidas e similares;

c- hospitais, casa de saúde, maternidade, clínicas e estabelecimentos congêneres :

d – estabelecimentos que produzam ou manipulam alimentos;

XIV – fiscalizar fazer cumprir os preceitos relativos à higiene dos alimentos;

XV – fiscalizar e quando necessário colher amostras para análise fiscal e ou interditar gêneros alimentícios, apreender e inutilizar alimentos impróprios para consumo da população;

XVI – fiscalizar e fazer cumprir normas relativas ao transporte de alimentos;

XVII – Fiscalizar e fazer cumprir as normas relativas à higiene das vias e logradouros públicos;

XVIII – fiscalizar as condições higiênico-sanitárias das feiras-livres, tomando as providências cabíveis nos casos de inobservâncias dos preceitos legais;

XIX – fiscalizar as condições higiênico-sanitárias, de saneamento básico e do meio, os loteamentos de terrenos para fins de expansão ou formação de núcleos urbanos;

XX – Fiscalizar exercer a vigilância epidemiológica na área de sua competência;

a – fiscalizar e exercer a profilaxia da hanseníase e tuberculose;

b – Fiscalizar e fazer executar a notificação compulsória nos casos que a lei indicar;

c – fiscalizar e fazer executar a assistência sanitária, na área de sua competência.

XXI – Fiscalizar e exercer a repressão às infrações de natureza higiênico-sanitárias, o âmbito de sua competência;

## Capítulo II

### Da Fiscalização e controle dos Sistemas de abastecimentos de água, dos sistemas de esgoto e lixo

Art. 6º - A aplicação de medidas adequadas de saneamento constitui obrigação também das entidades particulares e das pessoas físicas, além das entidades públicas Municipais.

Parágrafo Único – O Órgão responsável pela saúde, no que lhe couber, adotará providências para solução dos problemas básicos de saneamento.

Art. 7º - Todo e qualquer serviço de abastecimento de água ou de coleta e disposição de esgotos, deverá sujeitar-se ao controle da autoridade sanitária municipal competente.

Parágrafo Único – Os projetos de serviços de que trata o presente artigo, deverão ser elaborados em obediência às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as normas e especificações adotadas pelo órgão técnico encarregado de aprová-lo, observando as disposições do Código de Obras de Município e regulamentos baixados pelo órgão estadual competente.

Art. 8º - É vedada a instalação de tubulações de esgoto em locais onde possam representar riscos de contaminação de água potável.

Art. 9º - Sempre que os sistemas públicos não tiverem condições de atendimento, os conjuntos habitacionais e as unidades isoladas deverão possuir sistemas próprios de abastecimento de água e saneamento, aprovados pela autoridade competente.

Art. 10 – Todo prédio Residencial ou Comercial deverá ter abastecimento de água potável em quantidade suficiente ao fim a que se destina, e dotados de dispositivos e instalações adequadas, destinadas a receber e conduzir dejetos.

§ 1º - São obrigatórias a limpeza e desinfecção periódica dos reservatórios prediais, na forma especificada pela vigilância sanitária.

§ 2º - Os reservatórios prediais deverão:

I – ser construídos e revestidos com material inócuo;

II – ter superfície lisa, resistente e impermeável;

III – permitir fácil acesso, inspeção e limpeza;

IV – possibilitar o esgotamento total;

V – ser suficientemente protegido contra inundações, infiltrações e penetrações de corpos estranhos;

VI – ter cobertura adequada;

VII – ser equipado com torneira e bóia.

Art. 11º - Sempre que o abastecimento de água não puder ser feito com continuidade, será obrigatório a existência de reservatórios.

Art. 12º - Onde houver redes públicas de águas e esgoto em condições de abastecimento, as edificações novas ou já existentes serão obrigatoriamente a elas ligadas e por elas respectivamente abastecidas ou esgotadas.

§ 1º - O caso de inexistência da rede de abastecimentos, de água e remoção de dejetos, fica o proprietário responsável pela adoção de processos adequados, observados as normas estabelecidas pelo órgão sanitário municipal, cabendo ao usuário a responsabilidade pela conservação.

§ 2º - Os poços freáticos ou tubulares profundos, deverão ser construídos em locais que não ofereçam nenhum risco de contaminação de qualquer natureza.

§ 3º - A água para industrialização de alimentos, mencionada no parágrafo anterior somente será utilizada após exame laboratorial, que deverá ser realizado pelo menos duas vezes ao ano.

Art. 13º - É vedada a interligação de rede de água e esgoto entre prédios situados em lotes distintos, mesmo que pertençam ao mesmo proprietário.

Art. 14º - É terminantemente proibido o lançamento de lixo nos terrenos baldios, nas vias e logradouros públicos e seu depósito em quintais.

§ 1º - A Prefeitura Municipal indicará por instrumento legal o lugar destinado ao depósito de lixo recolhido diariamente.

§ 2º - O local destinado ao depósito de lixo deverá ser afastado da área residencial e industrial observadas normas técnicas de prevenção à poluição do meio ambiente.

Art. 15º - O controle da contaminação ou poluição das águas receptoras ou áreas territoriais, em consequência de lançamento de resíduos de qualquer natureza, de acordo com as normas vigentes, compete a administração estadual através de seus órgãos especializados, sem prejuízo da responsabilidade que possa ser atribuída a terceiros.

Art. 16º - Processar-se-ão dentro das normas técnicas de preservação do meio e após parecer do órgão responsável pela saúde e vigilância sanitária do Município:

I – a drenagem do solo;

II – o lançamento no ar de substâncias tóxicas ou poluidoras;

III – a construção e uso de piscina;

IV – a manutenção de áreas baldias

V – a produção, o acondicionamento, o transporte e o uso de substâncias tóxicas ou radioativas.

Art. 17º - A autoridade sanitária do Município, fiscalizará a construção e o funcionamento de piscinas públicas e sociais.

Art. 18º - Sempre que houver aproveitamento de resíduos para industrialização e outros fins, a autoridade sanitária concederá a autorização competente após exame em laboratório oficial, cujo resultado seja favorável ao fim proposto.

Art. 19º - Na área rural deverão ser construídas privadas, fossas sépticas, e observada as suas condições higiênico-sanitárias.

Art. 20º - É proibido o uso de água poluída e dejetos humanos em hortas, pomares e áreas de irrigação.

Art. 21º - Os loteamentos de terrenos com fim de expansão ou formação de núcleos urbanos, deverão obedecer aos requisitos de saneamento e higiene regulamentares.

### Capítulo III

#### Das instalações prediais de água e esgoto

Art. 22 º - As instalações prediais de água e esgoto deverão seguir as normas e especificações da ABNT e aquelas adotadas pelo órgão técnico encarregado de aprova-la , o qual caberá fiscalizar estas instalações sem prejuízo da fiscalização exercida pela autoridade sanitária municipal.

Parágrafo Único – A medida que se fizer necessário, a Prefeitura Municipal poderá baixar normas regulamentares sobre instalações prediais de água e esgoto.

### Título III

#### Do Saneamento do meio

#### Capítulo I

##### Da criação de animais

Art. 23º - Somente na zona rural será permitido a criação, engorda, confinamento ou qualquer tipo de exploração animal ou que por características próprias os animais possam causar incômodo aos vizinhos, poluição do meio ou risco à saúde.



Parágrafo Único – Os animais criados junto ao indivíduo familiar, deverão ser vacinados e observadas todas as normas higiênico-sanitárias como prevenção às zoonoses. Entende-se esta norma aos jardins zoológicos e similares.

## Capítulo II

Das cocheiras-estábulo, cavaliárias, granjas, pocilgas, canis e outros locais para abrigo de animais

Art. 24º - Os estábulos, cocheiras, granjas avícolas e estabelecimentos congêneres não serão permitidos na zona urbana.

Parágrafo Único – Os estabelecimentos de que trata este capítulo, existentes em zonas urbanas na data da publicação desta Lei, poderá continuar suas atividades desde que não causem poluição do meio ambiente, e prejuízo à saúde pública, ou até que o local se torne núcleo de população densa.

Art. 25º - Verificada a impossibilidade de se cumprir o disposto no artigo anterior, a autoridade sanitária fixará prazo para seu fechamento ou remoção, o limite máximo de um ano.

Art. 26º - O piso dos estábulos, cocheiras, granjas e estabelecimentos congêneres deverá ser mais elevados que o solo, pavimentado com material resistente, impermeável e antiderrapante, e ter declividades mínima de 0,5 % até a calha receptora que encaminha os resíduos líquidos para a instalação de esgotos de tratamento adequado, sendo vedado o despejo dos resíduos na via pública.

Art. 27º - Novas instalações de estábulos, cocheiras, granjas e estabelecimentos congêneres, só poderão se iniciadas após aprovação do projeto pela Prefeitura Municipal. Obedecidas as normas técnicas da Secretaria Estadual da Agricultura.

Parágrafo Único – Para a construção dos estabelecimentos de que trata este capítulo, o interessado terá que solicitar vistoria do terreno e aprovação da Secretaria Estadual de Saúde e órgão responsável pela preservação do meio ambiente.

Art. 28º - Os estabelecimentos de que trata o presente capítulo, ficam obrigados a adotar medidas indicadas pela autoridade sanitária, no que concerne a provisão suficiente de água e ao destino adequado dos resíduos animais.

Art. 29º - Nas áreas adjacentes aos estábulos, cocheira, granjas e estabelecimentos congêneres, serão permitidos compartilhamentos habitáveis destinados aos tratadores de animais, desde que fiquem completamente isolados.

Art. 30º - Nos estábulos, cocheiras, granjas e estabelecimentos congêneres, haverá depósitos para excretas animais, à prova de moscas, capaz de conter o volume produzido nas 24 horas.

§ 1º - Os depósitos referidos neste artigo deverão ser lavados diariamente, logo após a descarga.

§ 2º - Os excretas animais, só poderão ser utilizados como adubo, após tratamento adequado.

Art.31 º - As forragens, devem ser armazenadas em local isolado das baias e protegidos contra ratos e outros predadores.

Art. 32 º -Os estabelecimentos referidos no artigo 30 ( trinta ), deverão ficar a distância mínima de 20m (vinte metros ) das propriedades vizinhas e das estradas.

Art. 33 º As pocilgas obedecerão as seguintes condições mínimas:

I – Deverão estar localizadas a uma distância de 50m ( cinquenta metros ) das habitações, das divisas dos terrenos, propriedades vizinhas e das estradas, ou a critério das autoridades sanitárias;

II – A pocilga deverá ser mais elevada que o solo, construída de alvenaria com altura mínima de 1m ( hum metro ), com superfície lisas, pavimentadas, anti-derrapante e água corrente;

III – Os resíduos sólidos e ou líquidos deverão ter destinos adequados, de forma a não comprometer as condições sanitárias dos corpos de água e do solo.

Art. 34 º - A transgressão às normas estabelecidas, sem prejuízo da ação penal cabível por crime contra a saúde pública, sujeitará o infrator, às sanções e penas previstas neste código.

Art. 35 º - Poderão ser instalados canis em clínicas veterinárias,que deverão obedecer as normas técnicas previstas de higiene e prevenção às zoonoses.

Art. 36 º - Nos canis previstos no artigo anterior, será efetuada rigorosa limpeza, diariamente evitando incômodo aos vizinhos e proliferação de insetos e roedores.

#### Titulo IV

#### Do saneamento das edificações

##### Capitulo I –

##### Das Disposições gerais

Art 37 º -Nenhuma construção, reconstrução ou reforma de prédio, qualquer que seja o fim a que se destina, poderá ser autorizada ou iniciada sem projetos e especificações previamente aprovados pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo Único- Nenhum prédio de construção nova ou modificada poderá ser utilizado para fins comerciais ou industriais, sem o correspondente alvará de utilização, que será expedido pela autoridade sanitária competente.

Art. 38 ° - Os projetos de prédios destinados a comercialização ou industrialização de alimentos, medicamentos, hospitais, clínicas, Ambulatórios e outros do interesse da saúde, além de atenderem às normas específica, deverão atender também às normas higiênico-sanitárias estaduais e federais.

Art. 39° - Somente será liberado o licenciamento de edificação dos prédios de que trata o artigo anterior, após aprovação pelo órgão sanitário competente.

Art.40° - As habitações, os estabelecimentos comerciais ou industriais, públicos ou privados e as entidades e instituições de qualquer natureza, são obrigados a entender aos preceitos de higiene e segurança do trabalho.

§ 1º - O usuário do imóvel é o responsável perante a Prefeitura Municipal pela sua manutenção e higiene.

§ 2º - Sempre que as deficiências higiênicas, pela sua natureza não forem de responsabilidade do usuário ou do poder público, se-lo-ão do proprietário.

Art. 41° - As normas técnicas aplicadas serão aquelas fixadas pela Prefeitura Municipal e na sua falta, as fixadas pelo órgão sanitário do Estado, além do previsto no Código do Município.

Art. 42 ° - Compete ao órgão municipal, responsável pela saúde, interditar ou sugerir a demolição de toda construção ou imóvel que se encontra em condições de insalubridade, devendo o Prefeito Municipal expedir o ato legal quando for o caso.

## Capítulo II

### Das normas gerais de Edificações

Art.43 ° - Os compartimentos deverão ter conformações e dimensões adequadas à função ou atividade q que se destinam, atendendo os mínimos estabelecidos nas leis vigentes e normas técnicas que poderão ser baixadas pelo Executivo Municipal.

Art.44 ° - Os projetos deverão compreender as seguintes partes:

I – plantas de todos os pavimentos, com a indicação do destino de cada compartimento;

II – elevação das fachadas voltadas para as vias públicas;

III- cortes transversal e longitudinal.

IV – planta de locação demonstrando a posição do edifício a construir, em relação das divisas do lote e as outras construções nele existentes e sua orientação;

V- Perfis longitudinal e transversal do terreno, tomado referência de nível, o nível do eixo da rua;

VI – Memorial descritivo dos materiais, processos e equipamentos a serem empregados na construção, memorial econômico-sanitário quando se tratar de fábrica ou indústria de produtos de interesse da saúde pública e memorial industrial e ou memorial de atividade, nos demais casos;

VII- indicação da forma pela qual os prédios serão abastecidos de água potável e o destino a ser dado às águas residuárias e ao lixo.

PARÁGRAFO ÚNICO- A documentação prevista neste artigo deverá ser complementada com a que for solicitada pela Prefeitura Municipal, e quando for o caso, com a aprovação da autoridade competente, no que refere à proteção à saúde e defesa do meio ambiente.

Art. 45º- a modificação do projeto aprovado, somente poderá ocorrer com a anuência do órgão sanitário competente.

### Capítulo III Dos conjuntos habitacionais

Art. 46 ° - Os conjuntos habitacionais deverão observar as disposições referentes ao Capítulo I e II deste Título além das normas técnicas de saneamento e do meio.

Art. 47 – Deverão segundo a população que abrigam, prever áreas ou edificações necessárias para atividades de comércio recreação, ensino e de socorros urgentes e de emergências, quando localizados a mais de mil metros do mais próximo;

Parágrafo Único- entende-se por atividades de socorro urgentes, aquelas destinadas ao atendimento de serviços médicos ou para-médicos mantidos pela Prefeitura Municipal, Estado, Federação ou particular.

Art. 48 – Para aprovação pela Prefeitura Municipal, de projetos de conjuntos habitacionais situados em áreas não beneficiadas pelo sistema público de água e esgoto, será exigida indicação da solução a ser dada estes serviços, e comprovação de que a mesma está aprovada pelos órgãos competentes de outra esferas de governo, quando for o caso.

### Capítulo IV Das Habitações Coletivas

#### Seção I

Dos hotéis, motéis, pensões, hospedarias e estabelecimentos congêneres.

Art. 49º - Os hotéis, motéis, pensões, hospedarias e estabelecimentos congêneres obedecerão as normas e especificações gerais para habitações, no que aplicáveis, complementadas pelo disposto nesta seção.

Parágrafo único – Nos estabelecimentos indicados neste artigo, todas as paredes internas serão revestidas ou pintadas, até a altura de 1,50m ( um metro e cinquenta centímetros ) no mínimo, com material liso e impermeável, não sendo permitidas divisórias de panos, duratex ou similares, assim como paredes incompletas.

Art. 50 – As instalações sanitárias de uso geral deverão:

I – ser separadas por sexo, com acesso independentes;

II – conter, para cada sexo, no mínimo, uma bacia sanitária, um chuveiro, um Box quando possível, para cada grupo de 20 ( vinte leitos ).

Art. 51 – As habitações coletivas com mais de 20 ( vinte ) leitos e com sanitários de uso geral, deverão ter, independentes destes, lavatórios para cada grupo de vinte ou fração.

Art. 52 – Os estabelecimentos de verão ter reservatórios de água potável, com capacidade suficiente ao número de pessoas que ali permanecem, ou seja, usuários, proprietários e empregados.

Art. 53 – Os dormitórios que não disponham de instalações sanitárias privativas, deverão ser dotadas de lavatórios com água corrente.

Art. 54 – É expressamente proibido a instalação de aparelhos sanitários, pias ou lavatórios de cimento.

Art. 55 – As instalações sanitárias deverão apresentar, permanentemente, bom estado de conservação e higiene.

Art. 56 – As instalações hidráulicas e de esgotos deverão obedecer aos padrões estipulados pela ABNT, além das disposições deste código.

Art. 57 – As paredes dos sanitários deverão ser revestidas, ou pintadas, a critério da autoridade sanitária, até a altura de 2 m ( dois metros ) no mínimo, de material liso, impermeável, lavável, resistente e de cor clara.

Art. 58 – No piso sanitário e lavanderias deverão ser instalados ralos sinfonados em declive suficiente para escoamento das águas servidas.

## Seção II –

Asilos, orfanatos, albergues e estabelecimentos congêneres.

Art. 59 – Aos asilos, orfanatos, albergues e estabelecimentos congêneres, aplicam-se as normas gerais referentes a edificações e as específicas das habitações, no que couber, complementadas pelo disposto nesta seção.

Art. 60 – As paredes internas, até a altura mínima de 1,50 ( um metro e cinquenta centímetros ) deverão ser pintadas ou revestidas de material liso, impermeável, lavável, resistente e de cor clara, não sendo permitidas divisões de madeira e outros improvisados.

Art. 61 – Os dormitórios coletivos deverão ter área mínima de 5 metros quadrados por lei.

Art. 62 – As instalações sanitárias seguirão o disposto no artigo 50 deste código, independentemente de outras disposições legais.

Art. 63 – Quando tiverem 50 ( cinquenta ) ou mais leitos, deverão ter locais apropriados para consultórios médicos e odontológicos, bem como leitos independentes para observação médica.

Art. 64 – Os locais destinados ao armazenamento, preparo e consumo de alimentos deverão atender às exigências para estabelecimentos comerciais, no que aplicáveis.

## Capítulo V

### Das edificações destinadas a ensino – Escolas-

Art. 65 – As edificações das escolas seguirão as normas propostas pela ABNT e serão fiscalizadas, além do órgão competente, pelo órgão de proteção de defesa da saúde.

Art. 66- As escolas deverão ter compartimentos sanitários , devidamente separados para uso de cada sexo.

§ 1º - Esses compartimentos em cada pavimento, deverão ser dotados de bacias sanitárias em número correspondente, no mínimo a uma para cada 25 ( vinte e cinco ) alunas; uma pra cada 40 ( quarenta ) alunos; um mictório de louça ou aço inoxidável para cada 40 (quarenta ) alunos e um lavatório para cada 40 ( quarenta ) .

§ 2º- As portas das celas onde estiverem instaladas as bacias sanitárias, deverão ser colocadas de modo a deixar uma abertura superior de 0,30m ( trinta centímetros ), e na parte inferior 0,15 m ( quinze centímetros ).

§ 3º - Deverão ser previstas instalações sanitárias para professores, separados para uso de cada sexo, à proporção mínima de uma bacia sanitária pra cada 10( dez ) salas de aula e os lavatórios em número não inferior a um para cada 6 ( seis ) salas de aula.

§ 4º - É obrigatória a instalação sanitária nas áreas de recreação e esportes, na seguinte proporção:

I – para o sexo feminino: uma bacia sanitária, chuveiro e um vestiário com 5 metros quadrados , no mínimo, nba proporção de um para cada 100 usuários ;

II – para o sexo masculino: uma bacia sanitária, um mictório, um lavatório na proporção de um para cada 200 usuários; um chuveiro e um vestiário com 5 metros quadrados, no mínimo, na proporção de um para cada 100 usuários.

Art. 67 – Nas escolas é obrigatória a instalação de bebedouros, se possível acionados a pedal, na proporção mínima de um para cada 200 alunos, afastados das instalações sanitárias.

Art. 68 – Os locais destinados a manipulação, preparo, venda e armazenamento de alimentos, deverão satisfazer as exigências para estabelecimentos comerciais de alimentos, no que lhes forem aplicáveis.

Art. 69 – As áreas destinadas à administração e ao pessoal, deverão atender às prescrições para local de trabalho, no que lhes forem aplicáveis.

Art. 70 – As escolas deverão, sempre que possível, dispor de um compartimento de primeiros socorros.

Art. 71 – Nas escolas de 1º grau é obrigatória uma cobertura para recreio, com área não inferior a um 1/3 ( um terço ) da somatória das áreas das salas de aulas.

Art.72 – Os internatos, além do prescrito para escolas, deverão possuir local para consultório médico e leitos para observação médica.

Art. 73 – Nas escolas, os reservatórios de água potável deverão ter capacidade de 50 litros no mínimo, por aluno, além do exigido para o combate a incêndio.

Parágrafo Único- Nos semi-internatos será exigido o mínimo de 100 litro de água por alunos e 150 litros nos internatos.

## Capítulo VI – Dos Locais de diversões e esportes

### Seção I

#### Das piscinas

Art. 74 – Para efeito da aplicação desta lei, as piscinas são classificadas em três categorias:

- I- piscinas públicas: utilizadas pelo público em geral;
- II- piscinas privativas: utilizadas somente por membros de uma instituição, condomínio, escolas, associações, hotéis, motéis e congêneres.
- III- Piscinas residenciais: piscinas de residências uni-familiares.

Art. 75 – As piscinas públicas ou privativas não poderão ser construídas sem a aprovação do projeto pela autoridade sanitária competente.

Art. 76 – o funcionamento das piscinas de que trata o artigo anterior somente se fará após previa vistoria e liberação do alvará sanitário, pela autoridade sanitária competente.

Art. 77 – As piscinas residenciais ficam dispensadas das exigências desta lei, sujeitos, no entanto, a inspeção pelas autoridades sanitárias, quando necessário.

Art. 78 – É obrigatório o controle médico-sanitário dos banhistas que utilizam as piscinas públicas e privativas, pelo menos duas vezes por ano.

Art. 79 – As piscinas constarão no mínimo, de tanque, sistema de circulação, vestiários conjuntos de instalações sanitárias.

Art. 80 – Em todos os pontos de acesso a área do tanque é obrigatória a existência de lava-pés, com dimensões mínimas de 1,5 m x 1,5 m e de 20 centímetros de profundidade útil, do qual deverá ser mantido cloro residual.

Art. 81- As instalações sanitárias constarão de :

I - chuveiro na proporção de um para cada 60 banhistas;

II – bacia sanitária e lavatório na proporção de um para cada 60 homens, um para cada 40 mulheres e um mictório para cada 60 pessoas.

§ 1º - Os chuveiros deverão ser localizados de forma a tornar obrigatória a sua utilização antes do acesso a piscina.

§ 2º - As instalações sanitárias deverão ser localizadas de modo a serem usadas antes do chuveiro.

Art. 82 – As normas técnicas de projetos e tratamento da água utilizada obedecerão as leis sanitárias vigentes e a ABNT.

Art. 83 – As águas das piscinas deverão ser submetidas à exames físico-químico e bacteriológico, pelo menos duas vezes ao ano ou quando determinado pela autoridade sanitária competente.

Art. 84 – As piscinas poderão ser interditadas pelo não cumprimento das prescrições desta lei, regulamento, normas técnicas especiais, ou por qualquer motivo de interesse da saúde publica.

## Seção II

Das colônias de férias e acampamentos

Art. 85- Às colônias de férias, aplicam-se as disposições atinentes a hotéis e similares às piscinas quando for o caso.

Art. 86 – Os acampamentos de trabalho ou recreação e as colônias de férias somente poderão ser instaladas em terrenos secos e com declividade suficiente ao escoamento das águas pluviais.

Art. 87 – Às colônias de férias e acampamentos de recreação aplicam-se o disposto no artigo 83 qualquer que seja a sua origem.

Art.88 – Nenhum local de acampamento, poderá ser construído sem a provação da autoridade sanitária e sem que atenda aos seguintes requisitos:

I – sistema adequado de captação de distribuição de água;

II- adequada coleta e destino dos resíduos sólidos e líquidos ;

IV - instalações sanitárias,. Independentes para cada sexo e em número suficiente à frequência de usuários.

Artigo 89 – Nenhuma latrina poderá ser construída a montante e a menos de trinta metros das nascentes ou poços destinados ao abastecimento de água.

## Seção III

Dos cinemas, circos e parques de diversões.

Art. 90- Os cinemas deverão ser dotados de aberturas suficientes para permitir boa aeração e iluminação.

Parágrafo único – Pra funcionamento de cinemas, além das disposições aplicáveis, deste código, serão observadas as seguintes:

I - localizar –se em pavimento térreo;

II- Os aparelhos de projeção serão instalados em cabines de fácil saída, construídos de materiais incombustível;

III- No interior das cabines não poderá existir maior número de películas do que as necessárias de cada dia e dispor de extintor de incêndio em condições de imediata utilização, além dos demais extintores colocados em outros locais da sala de projeção;

IV – As películas a serem projetadas devem ser mantidas em recipiente especiais, incombustíveis, hermeticamente fechados e não serão abertos por mais tempo do que o necessário ao serviço.

V – É proibido fumar no interior das cabines e salas de projeção.

Art. 91 – Os cinemas deverão submetidos a processo de desinsetização pelo menos duas vezes por ano ou a critério da autoridade sanitária.



Parágrafo Único – A desinsetização de se trata o artigo anterior somente poderá ser feita por empresas autorizadas pelo serviço da saúde publica competente.

Art . 92 – As instalações sanitárias serão separadas por sexo e conterão no mínimo, uma bacia sanitária para cada 100 pessoas, um lavatório, um mictorio para cada 200 pessoas.

Art. 93 – Deverão ser instalados bebedouros, independentes das instalações sanitárias, na proporção mínima de 1 para cada 300 pessoas.

Art. 94 – As paredes dos cinemas, na parte interna deverão ser revestidas de material liso, impermeável e resistente, até a altura de 2 metros no mínimo.

Art. 95 – Os circos , parques de diversões e estabelecimentos congêneres, deverão possuir instalações provisórias independentemente para cada sexo, na proporção mínima de uma bacia sanitária e um mictorio para cada 200 freqüentadores, em compartimentos separados  
§ 1º na construção dessas instalações sanitárias será permitido o emprego de madeira e de outros materiais em placas, devendo o piso receber revestimentos liso e impermeável, PA  
§ 2º - Será obrigatória a remoção destas instalações sanitárias e ou aterro das fossas, por ocasião cessação das atividades que a elas derem origem, bem como de todo resíduo sólido.

Art. 96- os estabelecimentos previstos no artigo 95 estão sujeitos a vistorias pela autoridade sanitária, para efeito de licenciamento.

§ 1º - A armação de circos ou parques de diversões só será permitida em locais apropriados, a juízo da Prefeitura.

§ 2º- A autorização para funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo, não poderá ser superior a um mês.

§ 3º - Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer restrições que julgar conveniente, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos espetáculos e divertimentos, a segurança dos espectadores e do público e o sossego da vizinhança.

§ 4º - A seu juízo, a Prefeitura poderá não renovar a Autorização de funcionamento de circo ou parque de diversões ou obrigá-lo a novas restrições ao conceder-lhes a renovação pedida.

§ 5º - Os circos e os parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pela autoridade sanitária.

§ 6º - É proibido fumar no interior dos circo e de barracas de espetáculos dos parques de diversões.

## Capítulo VII

Dos necrotérios, casas de velório, câmaras mortuárias e cemitérios

### Seção I

Necrotérios, casas de velório, câmara mortuárias.

Art. 97 – Os necrotérios, casas de velórios e câmaras mortuárias deverão ficar a 20 ( vinte ) metros no mínimo, afastadas das habitações vizinhas, ser convenientemente ventiladas e iluminados, e rigorosamente observadas as condições higiênico-sanitárias pertinentes.

Art 98 – Os necrotérios deverão ter, pelo menos:

I – uma sala de necropsia, com área mínima de 16 ( dezesseis ) metros quadrados, paredes revestidas até a altura de 2 metros no mínimo, e piso de material liso, impermeável, resistente e lavável;

II- uma mesa de aço inoxidável, com declive central e escoamento de líquidos, adaptado na sua superfície inferior um coletor de resíduos;

III- lavatórios e esterilizador de instrumentais;

IV – Bico de vapor ou água para esterilização da mesma e do piso;

V- Câmara fria para cadáveres, com área de 8 metros quadrados;

VI Sala de recepção e espera;

VII- instalações sanitárias completas, em número de uma para cada sexo.

## Seção II

### Cemitérios

Art. 99 – Os cemitérios serão construídos em pontos elevados, na contravertente das águas que tenham que alimentar cisternas e deverão ficar isoladas por logradouros públicos, com largura mínima de 14 metros, em zonas abastecidas pela rede de água e de trinta metros em zonas não abastecidas.

Parágrafo Único- Em caráter excepcional, serão toleradas a juízo da autoridade sanitária, cemitérios em regiões planas.

Art. 100 – Os cemitérios somente poderão ser localizados em áreas em que o lençol freático esteja abaixo de no mínimo 2 metros da superfície.

Art 101 – Os cemitérios deverão estar em nível elevado para que as águas pluviais ou de enchente não os invadam e deles não desçam em direção a cidade ou áreas habitadas.

Art. 102 – Os vasos ornamentais não de verão conservar água além de doze horas a fim de evitar proliferação de mosquitos.

Art. 103 – Os cemitérios terão, pelo menos:

I - local para administração e recreação;

II – instalação sanitárias para uso público;

III – depósito de material e ferramentas;

IV – vestiário e instalação sanitária para empregados, separados por sexo.

Art. 104 - Nos cemitérios, pelo menos 20% ( vinte por cento ) de suas áreas serão destinadas a arborização ou ajardinamento

Parágrafo Único- nos cemitérios-parque , poderá ser dispensada a destinação da área mencionada neste artigo .

## Capítulo VIII

### Dos locais de trabalho

#### Seção I

##### Normas gerais

Art. 105 – Todos os locais de trabalho onde se desenvolvam atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, deverão obedecer as exigências deste capítulo independentemente de outras disposições legais pertinentes.

Art .106 – Os projetos de arquitetura, higiênico-sanitário e memoriais deverão ser aprovados pela autoridade sanitária competente, antes de iniciada a construção, reforma ou ampliação de qualquer local de trabalho, considerando a natureza das atividades executadas.

Art .107 – Os locais de trabalho não poderão ter comunicação direta com dependências residenciais.

Art . 108 – Dos compartimentos geradores de calor, deverão ser isolados termicamente.

Art. 109 – As oficinas que se dedicam ao serviço de pintura de veículos deverão ter compartimentos próprios e privativos, com aparelhamento adequado a evitar a poluição do ar e conseqüente intoxicação dos empregados vizinhos e outros.

Art. 110 - As águas provenientes de lavagem de garagens comerciais e postos de abastecimento, passarão obrigatoriamente por uma caixa de retenção de sólidos graxa ou similares.

Art. 111- As normas de construção seguirão fixada pela ABNT, código de obras do município e demais regulamentos pertinentes.

Art. 112 – Os locais de trabalho de verão possuir suficiente iluminação, ventilação e circulação do ar, garantindo a saúde e bem estar dos operários.

Art .113 – Os locais de trabalho de que trata este capítulo, além de obedecer o previsto nesta lei,observarão as normas previstas na Legislação sobre higiene e segurança do trabalho.

#### Seção II

##### Das Instalações Sanitárias

Art. 114 – Os locais de trabalho terão instalados, aparelhos sanitários nas seguintes proporções por sexo:

I – um vaso sanitário, um mictório, um lavatório e um chuveiro para cada grupo de 20 funcionários ou fração;

II – um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório para cada grupo de 10 funcionários ou fração.

Art. 115 – As instalações deverão observar os seguintes requisitos:

- I- piso revestido por material liso, impermeável, resistente , lavável, com declive para o ralo de escoamento e provido de sifões hidráulicos;
- II- parede revestida até o teto com material liso, impermeável, lavável e resistente;
- III- iluminação e ventilação adequadas a manter o local salubre;
- IV- dispor de água canalizada e esgoto ligados à rede geral ou à fossa séptica, com interposições de sifões hidráulicos ;
- V- não terem comunicação direta com os locais de trabalho nem com os locais destinados às refeições;
- VI- ser mantidas permanentemente limpas e desinfetadas;
- VII- ser ligadas ao prédio principal através de passagens cobertas, quando desligadas do corpo do prédio.

Parágrafo Único – Em função do local, da área e das suas condições sócio-econômicas, a autoridade sanitária poderá reduzir essas exigências, mantendo o item II, III, V, VI, VII.

Art. 116 – Não se permitirá revestimento do vaso sanitário com madeira e outros, nem sua construção com os aludidos materiais.

Art. 117 – O lavatório poderá ser do tipo individual ou coletivo e localizado na área dos sanitários, porém separados destes.

Art. 118 – Será exigido um chuveiro para cada dez empregados nas atividades ou operações insalubres ou nos trabalhos com exposição a substâncias tóxicas, irritantes, infectantes, à poeira ou substâncias que provoquem sujidades e nos casos em que estejam expostos ao calor intenso.

Art. 119 – Não serão permitidos aparelhos sanitários que apresentem defeitos ou soluções de Continuidade que possam acarretar infiltrações ou acidentes.

Art. 120 – Nas indústrias de gêneros alimentícios ou congêneres, o isolamento das privadas e a manutenção das suas condições higiênicas deverá ser o mais rigoroso possível.

Art. 121 – Nas regiões onde não haja serviço público de esgoto, os responsáveis pelos estabelecimentos deverão assegurar aos empregados, privadas, por meio de fossas que satisfaçam as exigências desta Lei ou Regulamento.

Art. 122 – Nos estabelecimentos comerciais, bancários, de escritório e afins, poderá a autoridade sanitária dispensar ou reduzir o número de mictório e chuveiros.

### Seção III

#### Das instalações de Vestiários

Art. 123 – Em todo estabelecimento industrial onde as atividades exijam de uniforme ou guarda-pó, será instalado vestiário, dotado de armário individual, separado por sexo e o mais próximo possível da área das atividades.

Art. 124 – Nas atividades ou operações insalubres, bem como nas atividades que exponham os empregados a sujidade, os armários serão duplos.

Art. 125 – Na será permitido o uso do uniforme ou guarda-pós fora da indústria, quando está se tratar de produtos alimentícios ou outros que exijam rigorosa assepsia.

### Seção IV

#### Das Dependências de Refeitórios

Art. 126 – Nos estabelecimentos onde trabalhe mais de 300 operários, é obrigatória a existência de refeitório, não sendo permitido aos empregados tomarem refeições em outro local de estabelecimento.

Parágrafo Único – O refeitório a que se refere o presente artigo, obedecerá aos seguintes requisitos:

I – a área será de um metro e vinte centímetros quadrados por usuário e deverá abrigar 1/3 (um terço) do total de empregados em cada turno de trabalho;

II – o piso, parede, portas, janelas, obedecerão as mesmas normas dos restaurantes e congêneres;

III – a água oferecida aos empregados será potável, e quando da opção de bebedouros, será na proporção de 1 (um) para cada 80 (oitenta) empregados;

IV – o lavatório será instalado nas proximidades do refeitório, sendo na proporção de 1 (um) para cada 20 (vinte) empregados;

V – a cozinha seguirá os mesmos padrões higiênico-sanitários estabelecidos para restaurantes e congêneres;

VI – em caso de aquisição de refeições preparadas será exigido fogão estufa ou similar, para simples aquecimento.

Art. 127 – Os refeitórios não poderão comunicar-se diretamente com o local de trabalho, com os sanitários e locais sujeitos a riscos de contaminações.

Art.128 – Em casos excepcionais, considerando a duração , natureza do trabalho e peculiaridades locais, poderão ser dispensadas as exigências de refeitório e cozinha .

### Seção V

#### Da proteção individual dos operários

Art. 129 – Será obrigatório a apresentação de comprovantes de exames médicos, pelo menos de seis em seis meses, dos operários em contato direto ou indireto com substância tóxica ou irritante.

Art. 130 – Os responsáveis pelas indústrias em geral deverão incentivar a educação sanitária e prevenção de acidentes de trabalho, facilitando a realização de palestras pelos órgãos oficiais competentes.

## Capítulo IX

### Das Edificações Destinadas ao Comércio e Prestação de Serviços

#### Seção I

Dos salões de barbeiro, cabeleireiro, institutos de beleza e congêneres.

Art. 131 – Nos salões de barbeiros e cabeleireiros, institutos de beleza e outros, além das exigências para locais de trabalho no que lhes for aplicável, serão observadas as seguintes disposições:

I – os lavatórios serão do tipo aprovado à atividade;

II – pentes, navalhas e outros utensílios de uso coletivo, deverão ser desinfetados após cada uso;

III – as toalhas serão de uso individual;

IV – o pó de arroz ou talco serão aplicados com algodão que deverá ser descartável, ou por meio de insufladores;

V – as cadeiras terão encosto de cabeça revestidos de pano ou papel, renovado para cada pessoa;

VI – durante o trabalhos os empregados deverão usar jalecos ou guarda-pós rigorosamente limpos e obedecer os preceitos de higiene pessoal, bem como renovar a carteira de saúde anualmente;

VII - quando se tratar de manicure ou pedicure, os recipientes ou utensílios usados deverão ser previamente desinfetados.

Art. 132 – os locais onde se instalarem institutos ou salões de beleza, cabeleireiros, terão:

I – área mínima de dez metros quadrados para 2 (duas) cadeiras instaladas e mais quatro metros quadrados por cada excedente;

II – piso revestido de material liso impermeável, resistente e lavável;

III – paredes pintadas ou revestidas com material impermeável e lavável, de cores claras.

Parágrafo Único - Os itens II e III poderão sofrer alterações a critério da autoridade sanitária, em função das condições sócio-econômicas clientela.

Art.133 – Todo estabelecimento destinado a instituto ou salão de beleza, cabeleireiro, barbearia e estabelecimento congêneres deverão ser abastecidos de água potável

canalizada e possuir no mínimo um vaso sanitário e um lavatório, obedecidas as normas sanitárias desta Lei ou Regulamento.

## Seção II

Das Empresas Especializadas na Aplicação de Inseticidas, raticidas e outros.

Art 134 – As empresas especializadas na manipulação ou aplicação de inseticidas, raticidas e outros, somente poderão funcionar mediante registro na Prefeitura Municipal, observada a legislação Estadual pertinente.

Art. 135 – Os estabelecimentos das empresas referidas no artigo anterior obedecerão ao disposto para estabelecimentos de trabalho, no que forem aplicáveis.

## Seção III

Dos Hospitais, casa de Saúde, maternidade, clínicas e estabelecimentos congêneres.

Art. 136 – A Prefeitura Municipal fará a fiscalização das condições de higiene dos estabelecimentos mencionados nesta seção em colaboração com órgão Estadual competente.

Art. 137 – Nos hospitais, casa de saúde, maternidade e estabelecimentos similares, devem ser observadas as seguintes normas, além de outras previstas na legislação pertinente.

I – existência de instalações sanitárias dotadas de chuveiros, lavatórios e vasos sanitários em perfeito estado de conservação, limpos e desinfetados;

II – existência de incineradores para queima de materiais usados nas atividades hospitalares e do lixo geral;

III – existência de lavanderia própria, que disponha de água quente e serviço completo de desinfecção;

IV – desinfecção semestral de colchões e travesseiros, ou sempre que se fizer necessário;

V – médicos, enfermeiras e auxiliares, deverão trabalhar adequadamente uniformizados;

VI – esterilização das louças, talheres e outros utensílios de copa e cozinha;

VII - é obrigatório a existência de um sistema gerador de energia de emergência, de reserva;

VIII – os centros cirúrgicos, ambulatorios centros médicos, salas de tratamento, corredores, sanitários, refeitórios, copas, cozinhas, lavanderias e instalações afins, terão pisos e paredes inteiramente revestidas de material impermeável e lavável;

IX – existência de necrotério de acordo com o artigo 97 e 98 deste Código.

## Seção IV

Dos estabelecimentos que produzam ou manipulam alimentos e gêneros alimentícios em geral.

Art. 138 – A licença para instalação e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais com a finalidade de produzir, transformar, manipular ou comercializar gêneros alimentícios, só será concedida se as dependências destinadas às finalidades Propostas estiverem em consonância com as disposições deste Código.

§ 1º - Os depósitos de matéria-prima observarão os seguintes requisitos:

I – pisos e paredes revestidas de material liso e impermeável, resistente e lavável;

II – janelas e vitros telados com malha fina a prova de insetos e roedores em número e dimensão suficientes a garantir boa ventilação;

III – As pilhas serão dispostas com vãos suficientes a permitir boa aeração entre e as paredes;

IV – Todo produto alimentício será acondicionado sobre estrados de altura mínima de 0,20 ( vinte centímetros );

V – pédireito de 4 ( quatro ) metros no mínimo, ou a critério da autoridade sanitária, que levará em conta a qualidade e quantidade de mercadoria armazenada.

§ 2º - Os estabelecimentos que produzam ou manipulam alimentos, além das disposições relativas à habitação e normas gerais de locais de trabalho,naquilo que lhes for aplicável, obedecerão o disposto neste artigo.

§ 3º - Haverá sempre que a autoridade sanitária julgar necessário, ralos, para facilitar o escoamento das águas servidas, no local de produção e manipulação de alimentos.

Art. 139 – Os estabelecimentos industriais ou comerciais deverão estar isentos de poluição causadas por substâncias sólidas, líquidas ou gasosas.

Art. 140 – As chaminés deverão ter altura elevada, de forma a evitar que o vento lance fumaça, emanações ou fuligem nos prédios, vias e logradouros.

Art .141 – As fábricas devem estar providas de sistemas contra ruídos e poluição do ar.

Art. 142 – Os resíduos sólidos e líquidos das indústrias deverão ser previamente tratados e lançados em coleções de água, valas ou terrenos permeáveis, após aprovação de projeto específico e autorização expedida pela Prefeitura.

Art. 143 – As edificações para empório, mercearia, armazéns, mercados, supermercados e outros locais onde armazenam, manipulam e vendam gêneros alimentícios, deverão ter:

I – abertura em quantidade em disposições capazes de permitir a renovação do ar ambiente, no tempo máximo de uma hora;

II – locais apropriados para exposição e venda dos diversos produtos;

III – pé direito mínimo compatível com as disposições do Código de obras do Município;

IV – cobertura apropriada para garantir a boa conservação dos produtos;

V – piso plano, em nível, construído com material resistente, impermeável e antiderrapante.

§ 1º - Nos mercados e supermercados, serão observadas:

I – paredes revestidas com material liso, impermeável, resistente e lavável, até a altura mínima de dois metros, sendo que as paredes dos boxes destinados à venda de produtos



perecíveis, como peixes, carnes, queijo, aves abatidas, etc, quando for o caso, serão revestidas com azulejos, assim como aquelas destinadas à venda de produtos alimentícios de consumo imediato.

II – instalações sanitárias sem comunicação direta com salão de venda ou Box, sendo um vaso sanitário e um lavatório para cada sexo, no mínimo, as portas não poderão ser devassadas para o exterior e serão do uso exclusivo do pessoal que se dedica ao comércio no estabelecimentos;

III – as bancas ou prateleiras serão dispostas formando corredores de no mínimo 1,20 de largura.

§ 2º - Nos mercados municipais, além das disposições deste artigo serão observadas as normas regulamentares a serem baixadas pelo Executivo Municipal.

Art. 144 – Os estabelecimentos comerciais e industriais deverão ser desinsetetizados periodicamente, a critério da autoridade sanitária.

Art. 145 – O comércio de saneamentos domissanitários do será permitido nos estabelecimentos de venda de alimentos, se houver um compartimento isolado para depósito destas substâncias, de modo a se evitar a contaminação dos gêneros alimentícios.

Art. 146 – Todo estabelecimento industrial e comercial de gêneros alimentícios devem possuir coletores de lixo de acordo com os padrões fixados pela Prefeitura, com capacidade suficiente para coleta diária.

Art. 147 – Os empregados de estabelecimentos comerciais ou industriais de gêneros alimentícios estão obrigados a :

I – usar o gorro e avental de cor clara, durante o período de trabalho;

II – usar pegadores para servir alimentos de consumo imediato;

III – submeter-se a um exame clínico geral anual;

IV – manter rigoroso asseio pessoal;

V – não tocar em dinheiro, devendo a função de receber e pagar, ser exercido por quem não tenha contato com alimentos.

Art. 148 – É proibida a entrada, nos estabelecimentos comerciais, industriais, depósitos e transportadores de gêneros alimentícios, de portadores de doenças infecto-contagiosas ou repugnantes.

Art 149 – As copas e cozinhas, terão:

I – piso revestidos de material cerâmico ou similar;

II – paredes revestidas até a altura de dois metros no mínimo, com material liso, resistente, impermeável, lavável e daí para cima com tinta lavável de cor clara;

III – abertura teladas;

IV - sistema de esgoto ou caixa de retenção de gordura;

V – mesas de manipulação sem gavetas, revestidas de material inox ou a critério da autoridade sanitária;

VI – sistema eficiente para higienização de todos os utensílios.

Art. 150 – Os fornos cujo o combustível seja lenha ou carvão, terão um a boca de alimentação aberta para o exterior sendo vedado, efetuar sobre eles depósitos de qualquer natureza, permitindo apenas adaptação de estufas.

Art. 151 – Os depósitos de combustível não terão acesso pela área de manipulação e deverão ser instalados de modo a assegurar a limpeza e higiene do estabelecimento.

Art. 152 – Hotéis, motéis, restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos congêneres além do disposto nesta Lei, obedecerão ainda o seguinte no que couber:

I – as cozinhas serão providas de exaustores;

II – as cozinhas e copas deverão ficar isoladas das salas de refeições;

III – as portas das cozinhas serão providas de molas para fechamento imediato;

IV – terão instalações sanitárias independentes, destinadas ao público e aos funcionários, com um vaso sanitário, um lavatório e um chuveiro, no mínimo; separados por sexo, salvo casos especiais.

V – terão instalações frigoríficas de capacidade suficiente às atividades do estabelecimento;

IV – os utensílios de copa e cozinha deverão estar sempre guardados de modo a evitar poeira e acesso de insetos.

Art. 153 – As lanchonetes, os bares, cafés, e estabelecimentos congêneres, obrigatoriamente terão esterilizadores para xícaras e copos, quando esses não forem descartáveis.

Parágrafo Único - A Autoridade sanitária decidirá sobre o sistema de esterilização a ser aplicado.

Art. 154 – Os açucareiros e utensílios com molhos e condimentos deverão estar sempre bem fechados, limpos e protegidos de poeiras e insetos.

Art. 155 – os restaurante, lanchonetes, bares, cafés e estabelecimentos congêneres, terão depósitos para garrafas vazias.

Art. 156 – As copas e cozinhas dos estabelecimentos de que trata o artigo 152, terão pisos revestidos de material liso e impermeável, resistente e lavável e as paredes serão azulejadas até o teto e de cor clara; as janelas e vitros telados, aprova de insetos e roedores.

Art. 157 – Os estabelecimentos de que trata o artigo 152, a critério da autoridade sanitária, possuirão copa-quente.

Art. 158 – Os estabelecimentos de torrefação e moagem de café terão:

I – dependências destinadas a torrefação, moagem e embalagem de café, independentes ou não, a critério da autoridade sanitária, que levará em consideração o equipamento industrial utilizado;

II – depósito de matéria-prima;

III – seção de venda e ou expedição;

IV – a embalagem do produto deverá ter rotulo indicando o nome do produto, do fabricante, seu endereço, características e o prazo de vencimento do produto.

Parágrafo Único – Nas torrefações é obrigatória à instalação de aparelhos para evitar a propagação de odores característicos ou prejudiciais à saúde da população.

Art. 159 – As padarias, confeitarias e fábricas de massas terão:

- I – depósito de matéria-prima;
- II – sala de manipulação;
- III – sala de secagem ou espera;
- IV – sala de embalagem;
- V – seção de expedição ou venda;
- VI – depósito de combustível;
- VII – cozinha.

Parágrafo Único – As salas de embalagem, secagem, depósito de combustível e cozinha serão exigidas, a critério da autoridade sanitária, levando em conta a natureza do estabelecimento e o processamento das operações industriais.

Art. 160 – Os açougues e peixarias terão, no mínimo, uma porta abrindo diretamente para o logradouro público, assegurando ampla ventilação.

Art. 161 – A área mínima para instalação de açougues e peixarias será de dez metros quadrados e deverão possuir:

- I – portas de grades de ferro, providas de tela;
- II – piso de material liso, impermeável, resistente, provido de ralo central para escoamento de águas de limpeza;
- III – paredes revestidas até a altura de dois metros, no mínimo, de materiais lisos, impermeáveis, resistentes, lavável, a critério da autoridade sanitária, poderão ser usados revestimentos de placas próprias, desde que sejam bem vedadas, impedindo acúmulo de insetos;
- IV – pia com água corrente;
- V – instalação frigorífica proporcional ao estoque;
- VI – tampos dos balcões impermeabilizados com material liso, resistente e lavável;
- VII – iluminação artificial, quando necessário, porém não altere os caracteres organolépticos e visuais do produto;
- VIII – anteparo para impedir o contato do consumidor com o produto;
- IX – instalação sanitária, obedecendo os padrões desta lei ou regulamento.

Art. 162 – Os açougues só poderão vender carne proveniente de matadouros sujeitos a fiscalização da autoridade sanitária competente.

§ 1º - É expressamente proibido vender para açougues, couros, chifres e outras partes de animais que prejudiquem a higiene do estabelecimento.

§ 2º - O sebo, ossos e outras partes de aproveitamento industrial deverão ser mantidos em recipientes, estanques e retirados diariamente dos açougues.

§ 3º - É terminantemente proibido o preparo de carne para embutidos nas dependências dos açougues.

§ 4º - É proibido manter em açougues quaisquer outros ramos de negócio além da venda de carne.

Art. 163 – Na falta de energia elétrica no local, a carne só poderá ser vendida até seis horas após sua entrega no estabelecimento.

Parágrafo Único – Na hipótese prevista no artigo anterior, a carne deverá ser imediatamente salgada.

Art. 164 – Nas peixarias além das disposições gerais referentes aos estabelecimentos comerciais e industriais de gêneros alimentícios e das contidas nos artigos 160 a 163, desta lei, deverão ser observadas as seguintes normas:

I – é obrigatória a utilização de câmaras frigoríficas ou transportes e armazenamento de peixes;

II – é proibido o uso de caixas de madeira, para transportar peixes.

§1º - o peixe francamente deteriorado ou detectado como impróprio ao consumo será sumária e imediatamente inutilizado pela autoridade sanitária.

§ 2º - a apresentação não dá direito de indenização ao proprietário além de sujeitá-lo a multa aplicável.

Art. 165 – A venda de peixe em feira livre e em logradouros públicos só poderá ser efetuada se observadas as adequadas normas de conservação e higiene.

Parágrafo Único – O balcão para a venda de peixe deverá ser revestido de material inox e os instrumentais deverão ser mantidos rigorosamente limpos.

Art. 166 – O vendedor de peixe, inclusive ambulante, está obrigado ao uso de gorro e avental, em rigorosas condições de higiene.

Art. 167 – As fábricas de embutidos terão instalações independentes para desossa, manipulação, câmaras frias, defumadores, estufas, sala de salgados, depósitos de sal, de condimentos, de embalagem, sala de estocagem, de defumados devidamente equipadas, e sanitários.

Parágrafo Único – A autoridade sanitária poderá diminuir as exigências deste artigo, a nível precário, em função da quantidade do produto a ser produzido, quando somente para abastecimento local.

Art. 168 – Todo produto industrializado terá rótulo e será registrado no órgão competente estadual ou federal, de acordo com a área de comercialização atingida.

## TÍTULO V

### Dos alimentos

#### CAPÍTULO I

##### Das Disposições gerais

Art. 169 – A defesa e a proteção da saúde individual e coletiva referente a alimentos, desde a sua origem até seu consumo será disciplinada pelas disposições desta lei ou regulamento.

Art. 170 – Somente poderão ser expostos a venda, alimentos, matérias-primas alimentares, alimentos “in-natura” e aditivos para alimentos que:

I – tenham sido previamente registrados no órgão competente do ministério da saúde ou secretaria estadual de saúde, quando for o caso;

II – tenham sido elaborados, embalados, transportados, ou vendidos por estabelecimentos devidamente licenciados.

Art. 171 – O comércio ambulante de alimentos somente se fará mediante licença prévia da Prefeitura Municipal.

Art. 172- os equipamentos, os aparelhos, os utensílios, recipientes, vasilhames e outros materiais que entrem em contato com alimentos, que sejam empregados na fabricação, na manipulação, no acondicionamento, no transporte, na conservação e na venda dos mesmos, deverão de material adequado, perfeitamente higienizados e adaptados de forma tal que não permita a contaminação e assegure a qualidade orgânica do alimento.

Parágrafo Único – a autoridade sanitária poderá interditar temporariamente ou definitivamente as instalações que não satisfaçam os requisitos técnicos e as exigências desta lei ou regulamento e normas que advirem oportunamente, assim como poderá interditar ou apreender os equipamentos e aparelhos e utensílios, pelas mesmas causas.

Art. 173 – Todo estabelecimento ou local destinado a produção, fabrico preparo, manipulação, acondicionamento, armazenamento, depósito ou venda de alimentos, deverá possuir licença para funcionamento e após trinta dias, no máximo, requerer alvará sanitário, sob pena das comunicações legais pertinentes.

§ 1º - A licença para funcionamento e o alvará sanitário serão expedidos após vistoria e fiscalização prévia, respectivamente, pelos órgãos competentes.

§ 2º - Para cada supermercado, ou congêneres, a repartição sanitária fornecerá um único alvará sanitário e, para os mercados, um alvará para cada Box.

§ 3º - Na medida da capacidade de cobertura e operacionalização do órgão fiscalizador, os veículos de transporte de gêneros alimentícios deverão possuir certificado de vistoria.

Art. 174 – Nos locais onde se fabrica, prepara ou acondiciona alimentos, é proibido a permanência de substâncias nocivas a saúde ou que possam alterar, adulterar, fraudar ou falsificar alimentos.

Art. 175 – Somente será permitido o comércio de saneastes, desinfetantes e produtos similares, em estabelecimentos de venda de alimentos quando neles existir local apropriado e separado, devidamente aprovado pela autoridade sanitária.

Art. 176 – É obrigatória a existência de aparelhos de refrigeração e ou de congelamentos dos estabelecimentos que se produzam, fabriquem, preparem, manipulem, acondicionem, depositem ou vendam produtos alimentícios perecíveis.

Parágrafo Único – A critério da autoridade sanitária competente a exigência de que trata este artigo poderá estender-se aos veículos de transporte, em consonância com o parágrafo 3º do artigo 173.

Art. 177 – Nos estabelecimentos onde se manipula, prepara ou fabrica produtos alimentícios e bebidas é proibida:

I – fumar;

II –varrer a seco;

III –colocar serragem;

IV – permitir a entrada ou permanência de qualquer animal;

V – instalar dormitório;

VI –conservar equipamentos, materiais, objetos de uso pessoal e outros, estranhos a atividade.

Art. 178 – Nos estabelecimentos onde se fabriquem, preparem, vendam ou depositem gêneros alimentícios haverá recipientes adequados de fácil limpeza, com tampa ou descartáveis, para coleta de resíduos.

Art . 179 – Será obrigatório rigoroso asseio e cuidado preventivos nos estabelecimentos que, sob qualquer forma, estão relacionadas a alimentos.

Parágrafo Único – Nas instalações sanitárias destinadas aos funcionários e empregados será obrigatória a existência de papel higiênico, lavatório com água corrente, sabão ou detergente líquido, toalhas descartáveis, em rolo próprio, ou de tecidos próprios e coletor de papel com tampa.

Art. 180 – Será facultado aos açougues:

I – venda de carnes conservadas e preparadas, exceto os enlatados, desde que convenientemente identificados como procedentes de fábricas licenciadas;

II – a venda de carne fresa moída, desde que a moagem seja, obrigatoriamente, feita na presença do comprador e a seu exclusivo pedido;

III – a venda de pescado congelado, licenciados, desde que disponham de unidades frigoríficas próprias e exclusivas para a sua boa conservação.

Art. 181 – Nenhum açougue poderá funcionar em dependência de fábrica de produtos de carne e estabelecimentos congêneres.

Art. 182 – Nas casas de venda de aves não é permitida a matança ou preparo de aves ou de outros animais.

Art .183 – Nos estabelecimentos de comércio de aves abatidas não é permitida a existência de aves vivas.

Parágrafo Único – Nos estabelecimentos acima referidos, é proibida a manipulação, tempero ou retalhamento de aves, a não ser estritamente a pedido e na presença do comprador.

Art. 184 – Nas peixarias é proibido o preparo ou fabrico de conservas de peixe.

Art. 185 – Nos supermercados e congêneres é proibida a venda de aves ou outros animais vivos, assim como o seu abate.

Art.. 186 –Os açougues são destinados à venda de carnes, vísceras e miúdos frescos ou congelados, oriundo de estabelecimentos sob o regime de inspeção veterinária.

## Capítulo II

### Da Higiene dos Alimentos

#### Seção I

##### Normas Gerais

Art. 187 – A fiscalização sanitária da Prefeitura exercerá severa fiscalização sobre a produção, acondicionamento, transporte e venda de gêneros alimentícios.

Art. 188 – Sob pena de apreensão e inutilização sumária, os alimentos de consumo imediato ou mediato, que tenham ou não sofrido cocção, somente poderão ser expostos à venda em estabelecimentos, feiras-livres ou por ambulantes, devidamente protegidos contra a contaminação .

Art. 189 – Excluem-se da exigência do Artigo anterior os alimentos “ in natura “ não perecíveis ou que para serem consumidos se exija apenas a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação.

Art. 190 – Os congêneres alimentícios e bebidas depositadas ou em transito nas empresa transportadoras, ficarão sujeitos a fiscalização da autoridade sanitária municipal, no impedimento da Estadual ou em colaboração com esta.

Art. 191 – Os alimentos “ in natura “ somente poderão ser comercializados íntegros e quando conservados as suas características organolépticas próprias, sem fraude, adulteração ou falsificação.

Art. 192 – No fabrico produção, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, conservação, armazenamento, depósito, transporte, distribuição, venda, compra e consumo de alimentos, deverá ser observada rigorosa higiene.

Art. 193 – Toda a água utilizada na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios deve ser potável.

Parágrafo Único – O gelo destinado a o uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, filtrada.

Art. 194 – No acondicionamento não será permitido o contato direto do alimento, com papeis coloridos, impressos de qualquer natureza ou que já tenha sido usados.

Art. 195 – É proibido reutilização de recipientes descartáveis, empregados no acondicionamento de alimento.

Art. 196 –É proibido manter no mesmo recipiente ou transportar no mesmo veículo alimentos industrializados ou “in natura “, objetos ou substâncias não alimentares que possam contaminá-los ou corrompê-los.

Art. 197 – Nenhum estabelecimento comercial ou industrial de produtos alimentícios poderá admitir funcionários, sem carteira de saúde atualizada, expedida pela órgão oficial competente.

Art. 198 – Será exigido rigoroso asseio e cuidados preventivos dos proprietários e funcionários dos estabelecimentos que sob qualquer forma, estão relacionados com alimentos, no que diz respeito a higiene pessoal e indumentária.

Art. 199 – Os empregados e operários dos estabelecimentos de gêneros alimentícios são obrigados a participar ao empregador, quando portadores de doenças transmissíveis, dermatoses, parasitoses e sob a autorização medica e laboratorial quando necessário, afastar-se quando não se tratar de doença infecto contagiosa que provoquem epidemia, o empregado poderá realizar outras atividades que não comprometa a integridade sanitária da comunidade “ in loco “ , dos alimentos e nem faça deste, um veículo do agente etiológico.

Parágrafo Único – As exigências deste artigo se estende à todos aqueles que, mesmo sendo empregados ou operários registrados nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, estejam vinculados de qualquer forma a fabricação, manipulação, venda, deposito ou transporte destes gêneros, sem caráter habitual.

Art. 200 – Os alimentos suspeitos de alteração, adulteração, falsificação ou fraude, serão interditados pela autoridade sanitária e dele coletado amostras representativas para análise fiscal.

Art 201 – A propaganda de qualquer tipo, feita por qualquer meio de comunicação, ficam sujeitos a ação fiscalizadora do órgão competente, e não poderão induzir a erros ou deixar subentendidas qualidades que o alimento não possua.

## Seção II

### Coleta de amostras e análise fiscal



Art. 202 – Compete a autoridade sanitária municipal realizar periodicamente ou quando necessário ou ainda em cumprimento a programas Estaduais ou federais, coleta de amostras de alimentos, matérias-primas, alimentares, aditivos, coadjuvantes, para análise fiscal,utilizando o termo respectivo.

Art. 203 – A coleta de amostras para análise fiscal e perícia de contraprova, obedecerão normas técnicas previstas na legislação federal pertinente.

### Seção III

Interdição de gêneros Alimentícios.

Art. 204 – Quando provado em análise fiscal ser o alimento impróprio para consumo, será obrigatória a sua interdição e conseqüente inutilização; se necessário a interdição do estabelecimento, lavrando-se os termos respectivos

Art. 205 – Os alimentos suspeitos ou com indícios de alteração , adulteração, falsificação ou fraude serão interditados pela autoridade sanitária , como medida cautelar e deles serão colhidas amostras representativas para análise fiscal.

Art. 206 – Para a interdição de alimentos será utilizado o termo respectivo, assinado pela autoridade fiscalizadora e pelo possuidor ou detentor do alimento, ou seu representante legal e na sua ausência ou recusa, por duas testemunhas.

### Seção IV

Apreensão e inutilização de Alimentos.

Art. 207 – Os alimentos francamente deteriorados e os visivelmente alterados serão apreendidos e inutilizados sumariamente, sem prejuízo das demais penalidades.

§ 1º A autoridade sanitária lavrará o auto de infração, de apreensão e inutilização da mercadoria, que será assinado pelo infrator e ou detentor da mercadoria.

§ 2º Quando o interessado não concordar com a inutilização do produto, a autoridade sanitária interditará o mesmo e coletará amostras para análise fiscal.

§ 3º -Quando a critério da autoridade sanitária o produtor for passível de utilização para fins agropecuários, sem prejuízo para a saúde publica, poderá ser transportado por conta do infrator para lugar designado pela autoridade sanitária, que acompanhará seu destino final.

Art. 208 – Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do alimento, confirmado em laudo laboratorial de perícia de contra-prova ou nos casos de constatação em flagrante, de atos de fraude, falsificação ou adulteração do produto.

Art. 209 –Os alimentos de origem clandestinas serão interditados pela autoridade sanitária e deles colhidos amostras para análise fiscal.

Parágrafo Único – Se confirmado em laudo laboratorial tratar-se de alimento próprio para consumo, este será apreendido pela autoridade sanitária e doado as instituições assistenciais públicas ou privadas, beneficentes, de caridade ou filantrópica.

Art. 210 – Aplicar-se –à o disposto no parágrafo único do artigo anterior, nos casos do artigo 205, quando a alteração, adulteração ou falsificação não tornar o alimento impróprio ao consumo.

Art. 211 – O resultado definitivo de análise condenatória de alimentos de unidade federativa diversa, será obrigatoriamente comunicado ao órgão de vigilância sanitária estadual.

## SEÇÃO V

### Do armazenamento e Transporte de Alimentos

Art. 212 – O armazenamento, transporte e exposição dos alimentos perecíveis e deterioráveis em curto prazo devem ser efetuados em câmaras frigoríficas, em temperatura adequada, podendo-se usar balcões frigoríficos.

PARAGRAFO ÚNICO – Os alimentos de que trata este artigo poderão ser depositados e transportados sob temperatura adequada em recipientes fechados, de material isolante térmico.

Art. 213 – É rigorosamente proibido o transporte de alimentos elaborados, expostos a contaminação, ainda que no interior de veículos.

§ 1º os pães e produtos de confeitaria deverão ser transportados em caixas próprias, a critério da autoridade sanitária, ou cestos protegidos internamente, tampados ou protegidos com material limpo, a prova de insetos e poeira.

§ 2º - todo e qualquer alimento não poderá, em qualquer circunstância sofrer o contato direto das mãos da pessoa encarregada da venda ou transporte.

Art. 214 – a carne terá que ser transportada em veículo fechado e higienicamente acondicionada; a critério da autoridade sanitária, dependendo da distância a ser transportada e o tempo que terá que permanecer no veículo, o transporte será em carros isotérmicos.

Art. 215 – nas leiterias, além das disposições gerais referentes aos estabelecimentos comerciais e indústrias de gêneros alimentícios, devem ser observadas as seguintes normas:

I – possuir refrigeradores ou câmaras frigoríficas;

II – ter os balcões e prateleiras de materiais lisos, duráveis e de fácil limpeza, tais como mármore, aço inoxidável, fórmicas ou similares.

III – manter o leite e seus derivados constantemente nas câmaras ou balcões frigoríficas.

Art. 216 – O leite “in natura” será transportado em vasilhames rigorosamente higienizados e não poderá sofrer o contato manual nem sofrer ação dos raios solares, devendo ser rigorosamente protegido de contaminações.

PARAGRAFO ÚNICO – A partir da data que o município for beneficiado com o fornecimento de leite pasteurizado, fica proibido o comércio do leite “in natura”.

Art. 217 – As frutas e verduras deverão ser bem acondicionadas para o transporte e não fiquem expostas aos raios solares.

## TITULO VI DA LIMPEZA PÚBLICA E CONSERVAÇÃO URBANA

### CAPITULO I DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 218 – É dever de todo cidadão cooperar com a prefeitura municipal na limpeza e conservação da cidade.

Art. 219 – É vedado aos munícipes:

I – lançar qualquer tipo de resíduos sólido, líquido ou gasoso de residências ou estabelecimentos comerciais, nas vias e logradouros públicos;

II – lavar objetos, veículos e animais em chafariz, fontes, tanques, torneiras e mananciais situados nas vias ou logradouros públicos, assim como tomar banho nesses mesmos locais;

III – transportar material ou animais, que possam provocar poluição ou sujidades nas vias públicas, evitando tanto quanto possível tal ocorrência;

IV – utilizar as vias públicas para atividades prestadoras de serviços;

V – impedir ou dificultar a qualquer pretexto, o livre escoamento das águas pelas canalizações, valas, sarjetas, ou canais de logradouros públicos, do sistema de esgoto e armazenamento das habitações e estabelecimento, danificando-os ou obstruindo-os;

VI – colocar em janelas, sacadas, ou lugares semelhantes, vasos, ou qualquer objeto que possa cair nas vias ou logradouros públicos.

Art. 220 – A limpeza dos passeios e sarjetas adjacentes aos prédios é de responsabilidade de seus ocupantes

Art. 221 – a lavagem ou varredura do passeio deverá ser efetuada em horário de pouco trânsito.

Art. 222 – É proibido a instalação, dentro de perímetro urbano, de indústrias que, pela natureza da matéria-prima, do produto final ou dos resíduos resultantes do processo industrial, possam prejudicar ou representar risco à saúde pública.

Art. 223 – O serviço de limpeza de ruas, praças e logradouros públicos serão executados pela Prefeitura, podendo fazer concessões a terceiros.

§ 1º - A prefeitura estabelecerá normas sobre a coleta, transporte e destino final do lixo e fiscalizará o seu cumprimento;

§ 2º - O transporte do lixo, proveniente dos serviços de limpeza pública, deverá ser feito em veículos apropriados para esse fim;

§ 3º - O pessoal encarregado da coleta, transporte e destino final do lixo, deverá trabalhar protegido, com o objetivo de prevenir contaminação ou acidentes;

§ 4º - O órgão de limpeza pública da Prefeitura em conexões com outros setores da Municipalidade, promoverá a instalação, em pontos diferentes da cidade, de cestas coletoras de lixo;

§ 5º - O órgão de limpeza pública da Prefeitura, deverá promover sempre que necessárias campanhas públicas, educativas, visando esclarecer a população sobre os perigos que o lixo representa para a saúde.

Art. 224 – Não serão considerados como lixo os resíduos industriais de oficinas, os restos de materiais de construções, os entulhos provenientes de obras ou demolições, embalagens, caixotes e semelhantes, terra, folhas, galhos, gravetos e troncos dos jardins e quintais particulares, que pelo seu volume, não poderão ser recolhido em sacos plásticos e não poderão ser lançados às vias públicas, devendo a remoção desses resíduos e matérias ser providenciado pelos respectivos proprietários ou inquilinos, no prazo de 24 horas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os materiais de que trata este artigo poderá ser recolhido pelo órgão de limpeza pública das Prefeituras, mediante prévia solicitação e pagamento de contra-prestação dos serviços pelo interessado, de acordo com as tarifas fixadas pela Prefeitura.

Art. 225 – Os animais mortos encontrados nas vias públicas, serão recolhidos pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura, que providenciará a cremação.

Art. 226 – Nos prédios destinados a apartamentos ou escritórios, é obrigatório a instalação de tubos de queda para coleta do lixo, e dispositivo para incineração, de acordo com o que estabelece este código.

§ 1º - As instalações de que trata este artigo devem permitir a limpeza e lavagem periódica, e os tubos de queda devem ser ventiladas na parte superior, acima da cobertura do prédio.

§ 2º - Os tubos de queda não deverão comunicar-se diretamente com as partes habitadas, a fim de evitar exalações inconvenientes.

§ 3º - As cinzas deverão ser recolhidas em coletores adequados.

## Capítulo II

### Das feiras-livres

Art. 227 – Com o objetivo de estimular a venda direta ao público consumidor, de gêneros alimentícios de primeira necessidade, produtos hortigranjeiros e outros artigos de consumo doméstico, pelos respectivos produtores e lavrador, poderá ser organizado as feiras-livres, a título precário, sob autorização, controle e fiscalização da Prefeitura.

Art. 228 – Os produtores agrícolas e lavradores que quiserem obter autorização para vender seus produtos na feira –livre obrigam-se a inscrição prévia na Prefeitura.

§ 1º - À Prefeitura Municipal compete pavimentar a área aprovada ao funcionamento das feiras-livres, instalar o serviço público de água, esgoto, energia elétrica e construir sanitários de uso público.

§ 2º - Os sanitários serão separados por sexo e contarão individualmente, de um lavatório e uma bacia sanitária, para o sexo feminino, um lavatório, uma bacia sanitária e um mictório, para o sexo masculino, devendo ser observadas a quantificação de prováveis usuários, quando for o caso.

§ 3º - De acordo com a disponibilidade financeira das Prefeituras os boxes poderão ser de alvenaria, e obrigatoriamente o serão os depósitos de água e os sanitários, sendo que este último obedecerá a todas as normas de higiene previstas pela autoridade sanitária.

Art. 229 – Os produtos perecíveis só terão suas vendas autorizadas em feiras-livres, se em condições de acondicionamento e conservação adequadas.

Parágrafo Único – Para efeito deste artigo entende-se como produtos perecíveis aqueles que sob ação do tempo, clima ou poluição do ar, sofrem alterações nas suas características organolepticas, estando rigorosamente classificada neste parágrafo, as carnes, o leite e seus derivados.

Art. 230 – As barracas que comercializam alimentos de consumo imediatos e bebidas, usarão pratos e copos descartáveis, e talheres esterilizados.

Art. 231 – A critério da autoridade sanitária, as xícaras de café deverão ser de louça, desde que esterilizadas em recipientes que não o do talher.

Art. 232- As barracas e ambulantes que comercializam alimentos de consumo imediato são obrigados a expor ao consumidor, guardanapos descartáveis.

Art. 233 – Os canudos descartáveis deverão ser exposto em recipientes adequados, de modo a evitar o contato manual por pessoas que não irão usá-lo, poeiras e insetos.

Art. 234 – As carnes utilizadas no preparo de espetinhos ou outros pratos deverão ser conservados adequadamente, de forma a não sofrer alterações nas suas características organolepticas e ser oriundos de estabelecimentos sob regime de inspeção veterinária.

Art. 235 – As mesas utilizadas no preparo de carnes, massas e similares, deverão ser revestidas de material liso, impermeável. Resistente e lavável aprovado pela autoridade sanitária.

Art. 236 – Não é permitido o uso de utensílios de madeira, para qualquer fim, que submeta o alimento ao seu contato.

Art. 237 – Após o termino das atividades das feiras-livres, o serviço publico efetuará a limpeza e providenciará a retirada dos resíduos líquidos e sólidos.

### Capítulo III

Dos loteamentos de terrenos para fins de expansão ou formação de núcleos urbanos.

Art. 238 – Todos os loteamentos deverão ser aprovados pelo poder público Municipal sob o ponto de vista de sua ocupação, ou seja, áreas residências, comerciais e industriais.

Art. 239 – A área industrial deverá ser localizada obedecendo, entre outras, as seguintes condições:

I – estar situada com orientação tal que os ventos predominantes não provoquem poluição de outras áreas;

II – estar localizada à jusante das captações dos sistemas de abastecimento de água.

Art. 240 – Os loteamentos destinados a indústria deverão ter prévia aprovação do órgão estadual responsável pela preservação do meio ambiente tendo em vista a prevenção contra a poluição atmosférica e hídrica; aprovação da secretaria de saúde do estado e do ministério da agricultura, através do órgão representante no estado, quando for o caso.

Art. 241 – Todos os loteamentos, para serem devidamente aprovados, deverão ter condições mínimas de saneamento quanto a sistemas de drenagens das águas pluviais.

Art. 242 – Os loteamentos só serão liberados após vistoria previa e autorização dos órgãos competentes.

## Titulo VII

### Da vigilância epidemiológica

#### Capitulo I

##### Das medidas gerais de Profilaxia

Art. 243 – Ao órgão Municipal, responsável pela saúde no município, incumbe na área de sua competência, manter serviços de vigilância epidemiológica e colaborar na execução do programa estadual de imunizações.

Art. 244 – Compete a autoridade sanitária a execução de medidas visando a prevenção e o controle das doenças transmissíveis.

Art. 245 – É dever da família e do indivíduo, zelar pela saúde da população, adotando as medidas preventivas, de caráter individual, determinadas pela autoridade competente e providenciar a adequada, assistência medica a seus integrantes quando infectado ou suspeitos.

Art. 246 – O controle das doenças transmissíveis abrangerá as seguintes medidas gerais:

I – notificação;

II – investigação epidemiológica;

III – isolamento hospitalar ou domiciliar;

IV – tratamento;

V – controle e vigilância de casos, até a liberação;

VI – verificação de óbitos;

VII – exames periódicos de saúde;

VIII – desinfecção e expurgo;

IX – assistência social;

X – imunização de susceptíveis e expostos;

XI – profilaxia individual;  
XII –educação sanitária,  
XIII – saneamento do meio;  
XIV – controle de portadores e comunicadores;  
XV –proteção sanitária de alimentos;  
XVI – controle de animais com responsabilidade epidemiológica na patologia humana;  
XVII – treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos.  
Art. 247 – O controle de pacientes, de contactos e do meio ambiente será procedido através, dentre outras, das seguintes medidas:

I – quarentena ou quarentena modificada de contactos, durante o período maximo de incubação da doença;  
II – o controle dos portadores até que se verifiquem estarem os mesmos livres do agente infeccioso;  
III – tratamento especifico, capaz de abreviar p período de transmissibilidade.

Art. 248 – A autoridade sanitária determinará, em caso confirmado ou suspeito de doença transmissível, as medidas de profilaxia a serem adotadas.

Art. 249 – Compete a autoridade sanitária local visar semanalmente todos os atestados de óbito, a fim de surpreender as doenças transmissíveis não notificadas.

Art. 250 – Dentro dos grupos populacionais, de maior índice ou maior incidência epidemiológica, serão realizados exames periódicos de saúde.

Art. 251 – A critério da autoridade sanitária, poderá haver interdição de residências, instituições, locais de trabalho, escolas, etc, no todo ou em parte, para que possa ser realizada a desinfecção ou expurgo, se necessário.

Art. 252 – O município prestará, através do órgão competente, assistência medica gratuita, a quem não dispuser de recurso para tratamento das doenças transmissíveis.

Art. 253 – Na impossibilidade de recursos para o município executar o disposto no artigo anterior, providenciará ao menos o deslocamento do paciente para os centros de maiores condições em manterá contato com as entidades capazes de proceder tal atendimento.

Art. 254 – As vacinações que constarem do programa de imunização serão praticadas em caráter sistemático, com vacinas oriundas de estabelecimentos credenciados.

Art. 255 – Os contactos susceptíveis deverão, a critério da autoridade sanitária, serem submetidos à imunização especifica ou a tratamento preventivo, desde que haja disponibilidade financeira e de apoio por parte do órgão sanitário competente.

Art. 256 – Compete a autoridade sanitária fiscalizar a adoção de medidas profiláticas, de caráter individual, que forem indicadas.

Art.257 – em casos de zoonoses de interesse da saúde pública, a autoridade sanitária colaborará com o órgão competente a fim de :

- I – observar os animais doentes;
- II – isolá-los e submetê-los a observação;
- III – promover o tratamento ou sacrifício.

Art. 258 – a proibição do direito de ir e vir, resultante da imposição de isolamento e quarentena ( total ou modificada ) pela autoridade sanitária, para todos os efeitos legais, inclusive pagamento e contagem de tempo, de falta às escolas ou serviços de qualquer natureza, pública ou privada, mediante a expedição de competente atestado de interdição.

Art. 259 – O controle das moscas, baratas, pulgas, piolhos e mosquitos, será feito através de orientação técnica, com o auxílio de serviços especializados de vigilância sanitária, efetuando-se o saneamento dos criadouros, lixo e entulhos, das canalizadas nas vias públicas e através de ação educativa junto às escolas com auxílio dos professores.

§ 1º -Para cumprimento deste artigo a responsabilidade será assim distribuída:

- I – às autoridades sanitárias a orientação técnica de proteção individual e coletiva, a vigilância e a promoção educativa e profiláticas;
- II – às escolas, a ação educativa junto aos escolares, a colaboração e atividade integrada junto às campanhas, principalmente contra os artrópodes causadores da sarna, como pulgas, percevejos, piolhos e outros;
- III – aos particulares, a manutenção das condições higiênicas nos imóveis que ocupem, e aos proprietários dos imóveis não ocupados.

§ 2º -Nos casos de epidemia ou surtos epidêmicos, transmitidos ou relacionados com roedores, as medidas de controle serão de responsabilidade da autoridade sanitária.

## Capítulo II

### Da Profilaxia da Hanseníase

Art. 260- A notificação é compulsória nos casos de hanseníase e implicará na aplicação das sanções previstas nesta lei ou regulamento ao profissional que faltou com a informação à autoridade sanitária competente

Parágrafo Único – Uma vez confirmado o caso de hanseníase, será o doente matriculado, em caráter sigiloso, de preferência na unidade sanitária mais próxima de sua residência.

Art. 261 – O tratamento do hanseniano será preferencialmente e, sempre que possível, ambulatorial, devendo o mesmo ser submetido a revisão completa , no máximo de seis em seis meses, ou em prazo menor, a critério médico.

§ 1º -Decorrido o prazo Máximo estipulado neste artigo, o doente será considerado fora de controle.

§ 2º - o tratamento hospitalar ficará reservado para os casos especiais, a critério médico.

§ 3º - todos os médicos que prestarem serviço particular a hanseníase obrigam-se ao seguinte:

- I – fornecer semestralmente a autoridade sanitária do local, uma relação dos doentes e comunicantes que estão sob seus cuidados, com especificação da forma clínica, residência e data do último comparecimento;



II – quando um doente ficar fora de controle, deverá o medico, dar conhecimento, imediatamente, a autoridade sanitária sob pena de incorrer nas sanções previstas em lei.

Art. 262 – As instalações públicas ou privadas, que cooperarem para o controle da hanseníase ficarão subordinadas aos dispositivos legais existentes e , no que se refere a ação profilática, deverão obedecer à orientação técnica dos órgãos competentes.

Art. 263 – A internação do hanseniano obedecerá às especificações seguintes, sendo obrigatória quando:

I – par isolamento de doentes virchowianos e dimorfos, comprovadamente indigentes;

II – para isolamento de doentes virchowianos e dimorfos, apresentando psicopatias graves;

III – para isolamento de doentes virchowianos e dimorfos à disposição da justiça;

IV – para isolamento de doentes virchowianos e dimorfos que não ataquem as determinações da autoridade sanitária, relativas ao tratamento ou para evitar a disseminação da doença ;

V – para o tratamento de intercorrências graves, a critério da autoridade sanitária.

Art. 264 – Aos hansenianos será observado com rigor o Maximo cuidado higiênico-sanitario, onde quer que estejam.

Art. 265 – Além da regulamentação específica, aplica-se à hanseníase toda regulamentação referente às doenças transmissíveis, de acordo com esta lei ou regulamento.

Art. 266 – O programa de controle da hanseníase, será normatizado, coordenado e supervisionado pelo órgão Estadual competente, segundo suas técnicas especiais, contará com a colaboração da Prefeitura Municipal, na área de sua atuação.

### CAPITULO III

#### DA PROFILAXIA DA TUBERCULOSE

Art. 267 – aplica-se à profilaxia da tuberculose o disposto no artigo 246 desta lei.

Art. 268 – As pessoas que apresentarem imagem radiológica compatível com o processo evolutivo, deverão ser encaminhadas aos exames específicos de diagnostico.

Art. 269 – Os hospitais, casas de saúde, asilos, sanatórios ou estabelecimentos congêneres, que tiverem doentes tuberculosos deverão aplicar nos compartimentos comprometidos, desinfecção comprovadamente eficientes do meio ambiente, dos utensílios, roupa e tudo e qualquer objeto que tenha contato com o doente.

Art. 270 – Nenhuma pessoa portadora de tuberculose ativa em qualquer de suas formas, suscetíveis de eliminar bacilo, poderá exercer atividades em que:

I – se relacione diretamente com pessoas, principalmente crianças;

II – manipule, fabrique, venda ou transporte gêneros alimentícios ou outros produtos que sirvam de veículo ao bacilo.

Art. 271 – Nos estabelecimentos de ensino, creches, orfanatos, internatos, asilos e cadeias públicas, será obrigatória a instituição de medidas específicas profiláticas da tuberculose, visando em particular:

I – o exame médico de todas as pessoas admitidas e vacinação com BCG intradérmico na faixa etária preconizada, inclusive adultos não reatores;

II – tratamento de indivíduos que sofreram de tuberculose ativa;

III – as condições higiênico-sanitárias dos prédios no que diz respeito ao ambiente interno;

IV – higiene pessoal dos escolares e adultos que prestem serviços no estabelecimento;

V – encaminhar a serviço especialização toda pessoa que tiver sintomatologia clínica-respiratória persistente, por mais de duas semanas.

PARAGRAFO ÚNICO – A autoridade sanitária cooperará com os respectivos serviços médicos, na execução das medidas que se fizerem necessárias nos estabelecimentos de que trata este artigo.

#### Capítulo IV

##### Da Notificação Compulsória.

Art. 272 – Todo caso confirmado ou suspeito de doença que, por sua gravidade, incidência ou possibilidade de disseminação,

Exigir medidas especiais de controle, deverá ser notificado compulsoriamente à autoridade sanitária, dentro de no máximo 24 horas do seu conhecimento.

Art. 273 – A notificação se faz obrigatoriamente tanto para casos ocorridos em ser humanos ou em zoonoses.

Art. 274 – Serão compulsoriamente notificadas as doenças abaixo relacionadas:

I – cólera;

II – coqueluche;

III – difteria;

IV – doença meningocócica e outras meningites;

V – febre amarela;

VI – febre tifóide;

VII – hanseníase;

VIII – oncocercose;

IX – peste;

X – poliomielite;

XI – raiva humana;

XII – sarampo;

XIII – tétano;

XIV – tuberculose;

XV – varíola;

XVI – filariose;

XVII – malária;

XVIII – outras que por sua natureza exijam tal procedimento.

Art. 275 – Quando a autoridade sanitária tiver conhecimento de um caso de notificação compulsória, providenciará, o mais breve possível, o seu esclarecimento.

Art. 276 – A recusa do doente ou seu responsável, à execução dos exames e pesquisas, importará na aplicação de penalidades.

## CAPÍTULO V DA ASSISTÊNCIA SANITÁRIA

Art. 277 – A Prefeitura Municipal, promoverá de modo sistemático e permanente na sua área de jurisdição, a assistência sanitária à maternidade, à infância, à adolescência e a população em geral.

Parágrafo Único – O plano assistencial será elaborado conforme programa estadual e executado pelo órgão local de acordo com seus recursos financeiros e humanos.

Art. 278 – A Prefeitura Municipal, além de outras medidas que se fizerem necessárias promoverá:

- I – fiscalização das condições higiênico-sanitárias e de segurança dos locais e estabelecimentos de ensino público e privado, creches e estabelecimentos afins;
- II – o controle sanitário do corpo docente, discente e administrativo dos estabelecimentos referidos no item I deste artigo;
- III – o controle sanitário dos alimentos, inclusive água, distribuídas nas escolas.

### Titulo VIII

Da ordem pública e bem estar coletiva

#### Capitulo I

Das disposições gerais

Art. 279 – Compete a prefeitura municipal:

- I – fiscalizar e manter a ordem pública;
- II – fiscalizar e manter a ordem nas casas noturnas, ou seja, bares, restaurantes, lanchonetes, prostíbulos e similares;
- III – assegurar o respeito aos locais de culto;
- IV – assegurar a tranquilidade no lazer e festejos públicos;
- V – fiscalizar a utilização e o trânsito das ruas e logradouros públicos;
- VI – fiscalizar a publicidade e propaganda, quanto ao meio de comunicação utilizado, o conteúdo e a mensagem;
- VII – zelar pela preservação estética, conservação e segurança dos prédios;
- VIII – zelar pela preservação estética e conservação dos muros e cercas.

#### Capitulo II

Da moralidade e do sossego público

Art. 280 – É proibido o comercio, exposição, venda ou distribuição de gravuras, livros, revistas, jornais, publicações ou objetos pornográficos ou obscenos em discordância com as disposições legais pertinentes.

§ 1º - as mercadorias proibidas serão apreendidas, não isentando o infrator e das demais cominações legais.

§ 2º - na reincidência a esta infração, será caçada a licença de funcionamento.

Art. 281 – Os proprietários de estabelecimentos em que vendam bebidas alcoólicas são responsáveis pela manutenção da ordem pelo recinto.

Parágrafo Único – As desordens, algazarras ou barulhos que ocorrerem nos citados estabelecimentos sujeitarão os proprietários à multa, sendo caçada a licença de funcionamento na reincidência.

Art. 282 – É proibido perturbar o sossego público com barulhos, algazarras ou sons excessivos e evitáveis, tais como:

I – de motores a explosão, desprovidos de silenciosos ou com este dispositivo deficiente;

II – de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros instrumentos;

III – de alto-falante, megafones, bombos, tambores, cornetas, bandas, conjunto musicais etc, sem previa autorização da Prefeitura;

IV – os apitos e silvos de fábricas e outros estabelecimentos antes das cinco horas e depois das vinte e duas horas e neste período, por mais de quinze segundos;

V – os toques de sinos de igrejas, conventos, mosteiros e capelas antes das cinco e depois das vinte e duas horas, salvo os rebates por ocasião de incêndios, inundações e festas religiosas.

Art. 283 – Somente com licença prévia é permitido o uso de aparelhos sonoros ou dispositivos de alerta, advertência, chamada ou propaganda, ou sons de qualquer natureza, que pela sua intensidade, timbre ou altura, possam perturbar o sossego e o bem estar público.

PARAGRAFO ÚNICO – Excetuem-se das proibições deste artigo:

I – as sirenas, tímpanos e sinetas de ambulâncias, policia e corpo de bombeiros, quando em serviços;

II – os apitos de guardas policiais em ronda.

Art. 284 – É proibido executar qualquer atividade que produza barulho antes das seis horas e depois das vinte horas nas proximidades de hospitais, sanatórios, escolas, asilos e áreas residenciais.

Art. – 285 – Para a realização de diversões e festejos nas vias e logradouros públicos ou em recintos fechados de livre acesso, será obrigatório licença prévia da Prefeitura.

Art. 286 – A licença para funcionamento de qualquer casa de diversão só será expedida mediante apresentação do alvará sanitário emitido pela Prefeitura, bem como alvará policial.

### CAPITULO III

## DAS CASAS DE DIVERSÕES PÚBLICAS

Art. 287 – Nas casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas para a higiene dos estabelecimentos e pelo Código de Obras:

I – as portas, corredores e acessos para o exterior serão amplos e desembaraçados de grades, moveis ou quaisquer obstáculos que dificultem a retirada livre e rápida do público em caso de emergência.

II- as portas de saída, terão a cima do portão, a inscrição luminosa ou fosforescente.”saída “ legível a distancia.

III – dispor de aparelhos de renovação de ar em numero e capacidade suficientes, conservados em perfeito funcionamento.

IV – tomar todas precauções necessárias para prevenir incêndios, sendo obrigatório a manutenção de extintores de fogo em perfeitas condições de utilização em locais visíveis e de fácil acesso.

V – durante os espetáculos as portas conservar-se-ão abertas vedadas apenas com resposteiros ou cortinas.

VI – manter mobiliário ou utensílios em perfeito estado de conservação.

Art. 288 - Nos teatros, circos ou salas de espetáculos são reservados quatro lugares, destinados a autoridades policiais e municipais encarregados da fiscalização.

Art. 289 – Não poderão ser realizados jogos ou diversões ruidosas em local situado a menos de 200 metros de hospitais, sanatórios, maternidades, escolas ou estabelecimentos similares.

### Capitulo IV

Dos festejos carnavalescos

Art. 290 – è proibido, durante os festejos carnavalescos:

I – o uso de fantasias que possam causar afronta ao pudor público,

II – atirar água ou outras substancias que possa molestar os transeuntes;

III – portar substancias proibidas por lei.

Parágrafo Único – Fora do período carnavalesco é proibido fantasiar-se em via pública, salvo com licença especial das autoridades competentes.

### Capitulo V

Dos locais de Cultos.

Art. 291 – É proibido escrever, pichar ou pregar cartazes nas paredes e muros das casa de culto.

Parágrafo Único – Os recintos, nas igrejas, templos e casas de cultos religiosos, devem ser conservados limpos e arejados.

### Capitulo VI

Da utilização e do Transito nas vias e logradouros públicos

Seção I

## Das utilizações dos logradouros públicos

Art. 292 – A utilidade e o transito das vias e logradouros públicos são livres, competindo à fiscalização da Prefeitura preservar a ordem, a segurança e o bem estar dos transeuntes, sendo proibido a particulares:

I – Invadir ou usurpar vias ou logradouro público, curso de água, lagoas ou vales, em qualquer circunstancia;

II – depredar ou danificar quaisquer bens, imóveis ou móveis, ou edificações de responsabilidade do poder publico;

III – podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou de qualquer forma prejudicar arvores, flores e gramas de vias e logradouros públicos, cujo plantio, conservação e trato competem a Prefeitura;

IV – escrever, pichar ou colocar cartazes nas paredes, muros, monumentos, passeios, pisos e outros, nas vias e logradouros públicos.

Parágrafo único – No caso de infração citada no item primeiro deste artigo, deverá a Prefeitura promover as medidas necessárias para que os locais citados fiquem desobstruídos e a área invadida integrada na servidão publica.

Art. 293 – O proprietário do imóvel é responsável pela construção das respectivas calçadas.

§ 1º - Quando se tornar notoriamente necessário, a prefeitura poderá fazer a remoção ou derrubada de árvores, a pedido de particulares, mediante pagamento de acordo com as tarifas fixadas.

§ 2º - A cada remoção ou derrubada, corresponde a imediato plantio de nova árvore em ponto mais próximo possível da posição primitiva.

## Seção II

### Do transito Público.

Art. 294 - é proibido embarcar, desembarcar ou impedir por qualquer meio, o livre transito de pedestres e veículos nas ruas, praças, passeios, estradas, e demais vias e logradouros públicos, exceto para efeito de obras, de medida policial, ou em caso de comprovada necessidade, a juízo da prefeitura.

§ 1º - as interrupções necessárias do transito terão sinalização claramente visível durante o dia, e luminosa à noite.

§ 2º - compreende-se na proibição deste artigo deposito de qualquer material, inclusive de material de construção, nas vias públicas.

§ 3º - quando impossível descarregamento direto para o interior dos prédios, será tolerado o mesmo e a sua permanência nas vias públicas, com o mínimo prejuízo ao transito, pelo período Maximo de três horas, devendo o responsável pelo material assim depositado, advertir os veículos a distancia conveniente, da obstrução causada ao transito.

§ 4º - se o responsável não remover o material depositado em via pública, após o período fixado no parágrafo anterior, a prefeitura providenciará a remoção, e cobrará do infrator o custo dos serviços, acrescidos de 20% a titulo de taxa de administração, além da multa cominada.

Art. 295 – Na via pública é proibida:

- I – Conduzir veículos de tração animal, manual ou motorista e velocidade não condizente com o local de transito.
- II – conduzir animais ferozes sem a devida precaução;
- III – atirar corpos e detritos, ou colocar objetos que possam molestar os transeuntes ou dificultar o transito;
- IV – conduzir volumes de grandes portes pelos passeios;
- V – conduzir veículos pelos passeios, exceto aqueles de uso paraplégicos, carrinho de crianças e pequenos veículos de uso infantil;
- VI – patinar fora dos logradouros para esse fim destinados;
- VII – amarrar animais em postes, arvores, grades, portas ou em qualquer ponto de via publica.

### Seção III

#### Das obras em vias e logradouros públicos

Art. 296 – É proibido quebrar, demolir, remover, abrir ou levantar o nível do calçamento, proceder a escavação ou executar obras de qualquer natureza ou porte, em via ou logradouro publico, sem previa licença da prefeitura.

Parágrafo Único –ficará sempre a cargo da prefeitura, a recomposição da via ou logradouro público, cujo o custo, acrescido de vinte por cento a titulo de taxa de administração, será ressarcido aos cofres municipais pelo responsável pela obra.

Art. 297 – A execução de obra de qualquer porte ou natureza em via ou logradouro publico, autorizada pela prefeitura, obedecerá aos seguintes requisitos:

- I – só poderá ser realizada em dia e hora previamente fixadas pela prefeitura;
- II – em se tratando de vala que atravessar o passeio publico deverá o responsável colocar uma ponte provisória e segura para garantir o livre transito dos pedestres;
- III – quando a obra se realizar no calçamento ou leito de via pública será sinalizada conforme o § 1º do artigo 294 deste código;
- IV –não poderão prejudicar as redes, instalações subterrâneas ou superficiais relativas à energia elétrica, telefone, água, esgotos, galerias de água pluviais e demais componentes e equipamentos de utilidade publica.
- V – atender as determinações e especificações estabelecidas pelo órgão competente da Prefeitura.

### SEÇÃO IV

#### DAS OCUPAÇÕES DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS

Art. 298 – Toda obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento da via ou logradouro publico é obrigada a utilizar tapume provisório, que obedecerá as disposições e especificações fixadas no Código de Obras.

Art. 299 – Os andaimes deverão apresentar perfeitas condições de segurança e atender às especificações e exigências no Código de Obras do Município.

Art. 300 – A ocupação de passeios com mesas e cadeiras por parte de estabelecimentos comerciais só será permitida, quando forem satisfeitas as seguintes condições:

I – sejam dispostas em passeio de largura nunca inferior a cinco metros;

II – ocuparem, apenas, a parte do passeio correspondente a testada do estabelecimento interessado;

III – deixarem livre, para os transeuntes, uma faixa de passeio não inferior a dois metros;

IV – distarem as mesas, entre si, no mínimo, um metro e meio.

Art. 301 – é proibido colocar cartazes e anúncios e fixar cabos, fios ou qualquer dispositivos nas áreas das vias e logradouros públicos.

Art. 302 – As colunas, suportes e quadros de anúncios, caixas de papéis usados, bancos, abrigos, e demais dispositivos em via ou logradouros públicos, colocados pela iniciativa privadas, só poderão ser instaladas, mediante prévia licença da Prefeitura.

Art. 303 – É proibida a localização de barracas para fins comerciais, exceto nos seguintes casos:

I – barracas moveis, quando em feiras-livres instaladas em locais, dias e horários determinados pela Prefeitura e segundo as prescrições especiais deste Código;

II – as barracas provisórias, autorizadas para funcionar nas festas de caráter público ou religioso;

III - as bancas para venda de jornais e revistas.

PARAGRAFO ÚNICO – As barracas cuja instalação e funcionamento seja permitido segundo as prescrições deste código, mediante licença da Prefeitura, obedecerão aos seguintes requisitos.

a. – funcionarem, sempre, a título precário, podendo a Prefeitura, a qualquer tempo, cancelar a licença e determinar a sua remoção;

b. – apresentarem bom aspecto estético e obedecer às especificações técnicas estabelecidas pela Prefeitura;

c. – localizarem-se fora da faixa de rolamento da via pública, dos locais de estacionamento de veículos, e das áreas ajardinadas;

d. – não prejudicarem o estacionamento, fluxo e acesso dos veículos à via pública;

e. – não prejudicarem o transito de pedestres quando localizados nos passeios.

Art. 304 – As bancas para venda de jornais e revistas, poderão ser permitidas nos logradouros públicos desde que se obriguem à satisfação dos seguintes requisitos:

I – terem sua localização aprovada pela Prefeitura;

II – exercerem o comércio exclusivo de jornais, revistas, periódicos, livros de bolso, publicações em fascículos, almanaques, guias e plantas da cidade e de turismo, sendo permitido a venda de álbuns e figurinhas que não sejam objetos de sorteio ou prêmios e bilhete de lotérica;

III – apresentarem condições adequadas de dimensão e estética segundo padrões fixados ou aprovados pela Prefeitura;

IV – não perturbarem o transito público;

V – não danificarem o calçamento ou qualquer parte do passeio ou logradouro público;

VI – serem de fácil remoção;



## CAPITULO VII DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

ART. 305 – É proibido a permanência de animais em vias públicas.

§ 1º - Os animais encontrados nas ruas, passeios, praças, estradas ou caminhos públicos, serão recolhidos ao depósito municipal.

§ 2º - o animal recolhido em virtude do disposto neste artigo será retirado pelo responsável mediante o pagamento de multa e taxa de manutenção respectiva.

Art. 306 – É proibido a passagem ou permanência de tropas e rebanhos na cidade, exceto em condições justificáveis e em logradouros para esse fim designados, sob prévia autorização da Prefeitura...

Art. 307 – São proibidos os espetáculos e exposições de feras, répteis e quaisquer animais selvagens ou perigosos, fora dos locais para esse fim designados, sem as necessárias precauções para garantir a segurança aos telespectadores e a incolumidade pública, e prévia licença da prefeitura.

Art. 308 – É proibido maltratar animais ou contra eles praticar atos de crueldade, assim considerados na legislação pertinente.

## Capitulo VIII Das inflamáveis e explosivos .

Art. 309 –No interesse publico a Prefeitura fiscalizará o comercio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Parágrafo Único – São considerados inflamáveis:

- I – materiais ou substancias carburantes;
- II – a gasolina e demais derivados de petróleo;
- III – os éteres, álcoois, aguardentes e o óleos em geral;
- IV – os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas liquidas.

Art. 310 – Considera-se explosivo:

- I – os fogos de artifícios;
- II – a nitroglicerina e seus compostos e derivados;
- III – a pólvora e o algodão-pólvora;
- IV – as espoletas e os estopins;
- V – os fulminatos, cloratos, forminatos e congêneres;
- VI – os cartuchos de guerra, caça ou minas.

Art. 311 – É proibido:

- I – manter depósitos de substancias inflamáveis ou de explosivos sem atender as exigências legais, quanto a construção e segurança;
- II –depositar ou conservar nas vias publicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º - aos varejistas é permitido conservar, em cômodos apropriados em seus armazéns ou loja, na quantidade fixada pelo órgão competente, material inflamável ou explosivo.

§ 2º - os fogueteiros ou exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos desde que autorizados pelo órgão competente.

Art. 312 – Os depósitos de explosivos e inflamáveis só poderão ser construídos em locais especialmente aprovado e com licença da Prefeitura.

§ 1º - os depósitos serão dotados de instalações para combate ao fogo e de extintores de incêndio, portáteis, carregados e em quantidade e disposição adequada.

§ 2º - todas as dependências e anexos aos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e esquadrias.

§ 3º - a Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessário ao interesse da segurança;

§ 4º - a Prefeitura poderá negar a licença se julgar que a instalação de depósitos, postos ou bombas, irá prejudicar de algum modo, à segurança pública.

Art. 313 – Não serão permitidos os transportes de explosivos sem as precauções devidas e sem a devida documentação expedida pelo ministério do Exército, através de seus órgãos de fiscalização, quando se tratar de produtos controlados na forma da legislação federal aplicáveis.

§ 1º - não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º - os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis, não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

## Capítulo IX

### Dos anúncios e cartazes

Art. 314 – A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de previa licença da Prefeitura.

§ 1º - incluem-se na obrigatoriedade deste artigo todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes ou calçadas.

§ 2º - incluem-se ainda na obrigatoriedade deste artigo, os anúncios que, embora apostos em terrenos de domínio privado, forem visíveis dos lugares públicos.

Art. 315 – A propaganda falada em lugares públicos, por meio de amplificadores, alto-falantes e outros, está igualmente sujeita a previa licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Art. 316 – Não será permitido a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I – pela sua natureza provoque aglomerações prejudiciais ao trânsito público;

II – de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seu panorama natural, monumentos típicos históricos e tradicionais;

III – Sejam ofensivos a moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições;

- IV – obstruam, interceptem ou reduzam o vão das porta e janelas;
- V – contenham incorreções de linguagem;
- VI – façam uso de palavras em línguas estrangeiras, salvos aquelas que por insuficiência do nosso léxico, a eles se hajam incorporados;
- VII – pelo seu numero ou má distribuição, prejudiquem o aspecto das fachadas.

Art. 317 – Os pedidos de licença para publicidade ou propaganda por meio de cartazes ou anúncios, deverão mencionar:

- I – a indicação dos locais em que serão colocados ou distribuídos;
- II – a natureza do material de confecção;
- III – as dimensões;
- IV – as inscrições e o texto;
- V – as cores empregadas.

Art. 318 – Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar o sistema de iluminação a ser adotado.

Parágrafo Único- Os anúncios de que trata sete artigo serão colocados a uma altura mínima de 2,50 m ( dois metros e meio ) do passeio.

Art. 319 – Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou consertados, sempre que tais providencias sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

Parágrafo Único – Quando houver modificação de dizeres ou de anúncios e letreiros dependerão apenas de comunicação escrita à Prefeitura.

Art. 320 – Ao anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham atendido as disposições deste Capitulo poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, cuja devolução somente dar-se-á mediante o pagamento da multa prevista neste Código.

## Capitulo X

### Do funcionamento dos Alto-falantes

Art. 321 – Os alto-falantes não poderão ser registrados sob o mesmo título, que confundam com rádios e emissoras, devendo suas denominações serem antecipadas das palavras “ serviço de alto-falante”

Art. 322 – As instalações de alto-falantes dependem de autorização, só podendo ser iniciar suas atividades depois da expedição do certificado de licença, pela Prefeitura.

Art. 323 – No requerimento de licença, o interessado deverá indicar:

- I – nome e endereço do proprietário;
- II – horário de funcionamento;
- III – características do alto-falante e de todas as suas instalações;
- IV – local de funcionamento da estação dos alto falantes;

V – autorização do proprietário onde está instalado o alto falante e suas instalações.

Art. 324 – A instalação e funcionamento de alto-falantes, ficarão sujeitos ao pagamento dos tributos estabelecidos neste código.

Art. 325 – Serão caçadas as licenças dos alto-falantes que irradiarem programas atentatórios a moral e a ordem publica, que contrariem a legislação eleitoral, ou cause dano ao serviço público.

Art. 326 – é proibida a instalação de alto-falantes por particulares, em prédios municipais.

Art 327 – os serviços de alto-falantes que se instalarem em recintos fechados, particulares, de uso privado, festas beneficentes, solenidades cívicas oficiais, colégios ou propaganda política partidária em época de campanha eleitoral, independem de registro ou de fiscalização, ressalvado o sossego publico e o direito dos vizinhos.

Art. 328 – é proibida a instalação de alto-falantes em distancia inferior a 600 metros de outro já em funcionamento regular, ou a menos de 200 metros de hospitais, casas de saúde, asilos, orfanatos e estabelecimentos de ensino.

Art. 329 – o prefeito ao conceder o registro do alto-falante, e o alvará de licença, fixará horário para o seu funcionamento, podendo no entanto, alterá-lo, ex-officio, em qualquer tempo, atendendo o interesse coletivo.

Art. 330 – o alto-falante que transgredir qualquer das disposições municipais, terá seu funcionamento suspenso, e, na reincidência, sua licença será caçada.

§ 1º - A suspensão não será cancelada enquanto perdurar a causa de aplicação.

§ 2º - Será caçado o registro de alto-falante, cujo responsável não providenciar dentro de 30 ( trinta ) dias, o cancelamento da suspensão imposta.

§ 3º - Não se registrará alto-falante cuja licença, tiver sido caçada nos 12 ( doze ) meses imediatamente anteriores ao pedido de registro.

Art. 331 – Não é permitido a oferta de discos sem que seja anunciado o nome do ofertante.

## Titulo IX

### Do Funcionamento do Comercio da Industria e da Prestação de Serviços

#### Capitulo I

#### DO LICENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

#### SEÇÃO I

#### DOS ESTABELECIMENTOS LOCALIZADOS

ART. 332 – Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, poderá funcionar no Município sem previa licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos, de acordo com o código Tributário do Município.

Art. 333 – Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento colocará o alvará de localização em lugar visível e o exhibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 334 – Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deveser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz às condições exigidas.

Art. 335 – A licença de localização poderá se cassada:

I – quando se tratar de negocio diferente do requerido;

II – como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança pública;

III – se o licenciado se negar a exhibir o alvará de localização à autoridade competente;

IV – quando não forem atendidas as condições higiênico-sanitárias pertinentes.

§ 1º - cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º - poderá ser igualmente fechado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua este capitulo.

## SEÇÃO II

### DO COMERCIO AMBULANTE

Art. 336 – o exercício do comercio ambulante dependera sempre da licença especial, a titulo precário, que concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do município e as disposições deste Código.

Art. 337 – da licença concedida deverão contar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I – numero da inscrição;

II – residência do comerciante ou responsável;

III – nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comercio ambulante.

§ 1º - O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja a atividade, ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada seu poder , alem da multa cabível.

§ 2º -é proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa e demais cominações legais:

I – estacionar nas vias publicas e outros logradouros,fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura.

II – impedir ou dificultar o transito nas vias publicas e logradouros :

III - transitar pelos passeios conduzindo volumes grandes .

Art. 338 – A reincidência em infração a preceito deste Código, lei ou regulamento municipal, implica na multa prevista , apreensão das mercadorias e ou da licença do infrator, a juízo da autoridade competente.

## Capitulo II

### Do horário do Funcionamento

Art. 339 – A abertura e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, e de prestação de serviços no Município, obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração, e as condições do trabalho:

I – para a indústria de modo geral:

a - abertura e fechamento entre seis e dezoito horas nos dias úteis.

b - nos domingos e feriados nacionais, ou outros quando decretados pela autoridade competente, os estabelecimentos permanecerão fechados.

II – pra o comercio e prestação de serviço de modo geral:

a – nos dias úteis os estabelecimentos funcionarão das seis as dezoito horas;

b – nos dias previstos na letra “b”, do item anterior, os estabelecimentos permanecerão fechados .

§ 1º os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços poderão funcionar, nas datas comemorativas indicadas sob os seguintes horários especiais, desde que pagos os tributos respectivos, dispensado requerimento para esse fim:

Lei Municipal nº 1.471/97

Estabelece horário de Funcionamento dos estabelecimentos Comerciais e dá outras providencias .

DIRCEU LUIZ LANZARINI – Prefeito Municipal de Amambaí--MS, faz saber que em sessão do dia 09.04.97, a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A abertura e funcionamento dos estabelecimentos comerciais no Município obedecerão aos horários, observando os preceitos da legislação federal que regulamentam a duração e condições do trabalho:

I – abertura e funcionamento entre sete e dezoito horas nos dias úteis, compreendidos de segunda a sábado;

II – nos domingos e feriados nacionais, ou outros quando decretados pela autoridade competente, os estabelecimentos permanecerão fechados;

III – vetado.

Art. 2º -poderão funcionar sem limitação de dia e hora, desde que pagos os tributos respectivos, respeitadas as obrigações trabalhistas e mediante licença especial os estabelecimentos enumerados no artigo 339, §2º, incisos de I a XI da lei municipal 1.078 de dezembro de 1984.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Amambaí., em 23 de abril de 1 997

I –carnaval:

- a- segunda –feira das sete e trinta às treze horas;
- b- terça-feira permanecerão fechados;
- c- quarta –feira das treze às dezoito horas.

II – Período de natal:

- a- nos dias úteis, entre 16 a 24 de dezembro das seis as vinte e duas horas;
- b- nos dias úteis entre 24 a 31 de dezembro, das seis às vinte horas.

§ 2º - Poderão funcionar sem limitação de dia e hora, desde que pagos os tributos respectivos, respeitadas as obrigações trabalhistas e mediante licença especial, os seguintes estabelecimentos:

I – cafés, bares e botequins;

II – “boites” e “dancings” ;

III – restaurantes;

IV – cantinas;

V - casas de chá;

VI – casas de lanches;

VII – casas de diversões;

VIII- casas de bilhares e “snoker”;

IX – casas funerárias;

X – farmácias e drogarias, que estiverem de plantão;

XI – agencia de transporte turismo e venda de passagens.

§ 3º - Para funcionamento de acordo com o § 1º deste artigo, as farmácias e drogarias e as casas funerárias, ficam isentas do pagamento de taxa relativa ao horário e dispensados da licença especial.

§ 4º - Será permitido o funcionamento em horários especiais, desde que requerida a licença competente ,pagamento de taxa respectiva de acordo com o Código Tributário Municipal e respeitada a legislação trabalhista dos estabelecimentos abaixo relacionados, nos horários indicados:

I – lojas de jornais e revistas, inclusive bancas destinadas a esse fim;

- a- dias úteis das seis às vinte e quatro horas;
- b- domingos e feriados, das seis às vinte e duas horas;

II – mercearias e supermercados:

- a- dias úteis das seis às vinte horas.

III – tabacarias e “bombonieres”:

- a- dias úteis, das seis às vinte e duas horas;

IV – casas de frutas, hortaliças, aves e ovos:

a- dias úteis, das seis às vinte horas;  
V – açougues e peixarias:  
a- dias úteis, das seis às dezoito horas;  
VI – casas lotéricas:  
a- dias úteis, das seis às dezenove horas;  
VII – salões de beleza, cabeleireiros, barbeiros e engraxates:  
a- dias úteis, das seis às vinte horas;  
b- sábados e vésperas de feriados, das seis às vinte e duas horas.  
VIII – agências de aluguel de veículo motorizados ou não:  
a- dias úteis, das seis às vinte e duas horas;  
b- domingos e feriados, das seis às vinte horas;  
IX – Floriculturas:  
a- dias úteis, das seis às vinte e duas horas;  
b- domingos e feriados, das sete às doze horas.

X – padarias, confeitarias e congêneres:  
a- dias úteis, das cinco às vinte e duas horas;  
b- domingos e feriados, das cinco às dezoito horas.

§ 5º - No período inicial do ano letivo será facultado às livrarias e papelarias, mediante requerimento de licença especial e respeitada a legislação trabalhista, o funcionamento das seis às vinte horas nos dias úteis, e das sete às doze horas nos domingos .

§ 6º - Aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, não relacionados no § 4º deste artigo, poderá ser permitido o funcionamento até às vinte e duas horas, mediante requerimento fundamentado de licença especial, pagamento das taxas respectivas e observância das leis do trabalho.

§ 7º - Será permitido o funcionamento em horários especiais inclusive aos domingos, feriados nacionais ou locais, excluindo o expediente de escritórios, nos estabelecimentos que se dediquem às atividades de impressão de jornais, laticínios, frios industrial, purificação e distribuição de água, produção e distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, produção e distribuição de gás, serviço de esgoto, serviço de transporte coletivo ou outras atividades de utilidade pública ou de necessidade coletiva que, a juízo da autoridade competente, seja estendida tal prerrogativa.

Art. 340- O plantão de farmácia obedecera as escalas e normas fixadas pelo Poder Executivo.

### CAPITULO III

### DAS LICENÇAS PARA CONSTRUÇÕES

Art. 341 – é proibido a construção de prédios de madeira, para fins comerciais, nas zonas da cidade servida por asfalto.

Art. 342 – é igualmente proibida a construção de prédios de madeira na avenida Pedro Manvailer, nos trechos compreendidos entre as ruas Walter Caimar e Avenida Nhu-verá, para fins comerciais.

PARAGRAFO ÚNICO – fica autorizado ao poder executivo Municipal, por ato próprio, selecionar áreas inerentes às disposições deste artigo.



Art. 343 – não será permitida a construção de prédios com área inferior a 60.00m (sessenta metros quadrados) nas zonas compreendidas pelos artigos 341 e 342.

Art. 344- não será permitido a construção dentro do perímetro urbano de prédios com área inferior a 30.00 metros quadrados ( trinta metros quadrados ).

## Titulo X

### Das Infrações e das Penas

#### Capitulo I

##### Das infrações

Art. 345 – Constitui infração toda ação ou omissão contrária as disposições deste Código e demais legislações pertinentes baixadas pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal.

At. 346 – Considera-se infrator quem cometer, mandar, constranger, induzir ou auxiliar alguém a praticar infração, e as autoridades e os fiscais que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o responsável.

Art. 347 – Responde pela infração quem, de qualquer modo cometer ou concorrer pra sua prática ou dela se beneficiar, sendo aplicada, nos casos de co-autoria ou cumplicidade, a mesma penalidade prevista para o agente da infração.

Art. 348 – Não são responsáveis por infração a este Código:

I – os incapazes, assim definidos em Lei;

II – os que forem coagidos a cometê-la.

Parágrafo Único – Quando a infração for praticada por incapaz ou sob coação, respondem pela pena:

I – os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz;

II – aquele que provocar ou coagir para a pratica da infração.

Art. 349 – nenhuma pena será cominada, imposta ou alterada, nem qualquer pessoa considerada infrator, senão em virtude da legislação pertinente.

Art. 350 – é competência do fiscal sanitário e auxiliares da fiscalização, exercer a inspeção sanitária dos alimentos de origem animal e vegetal desde a matéria-prima e produção ate o produto acabado, e fiscalizar todo produto alimentar a nível de comercio; do medico, no campo da epidemiológica, dos sanitaristas e dos demais fiscais, na área de sua competência

Art. 351 – no exercício das funções fiscalizadoras, o medico, o fiscal sanitário, os fiscais de obras e demais autoridades da área de fiscalização tem competência no âmbito de suas atribuições, para fazer cumprir as leis e regulamentos pertinentes.

PARAGRAFO ÚNICO – São auxiliares de fiscalização, servidores sem habilitação de nível superior, treinados na área especifica de vigilância sanitária ou fiscalização de modo geral.

CAPITULO II  
DAS PENAS  
SEÇÃO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 352 – em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 6.437 de 20.08.77 as infrações sanitárias, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabível, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com penalidade de:

- I – advertência;
- II – multa pecuniária;
- III – apreensão de produtos;
- IV – inutilização de produtos;
- V – suspensão de venda e/ ou fabricação de produtos;
- VI – interdição parcial ou total do produto ou do estabelecimento;
- VII – cancelamento do alvará sanitário, licença de localização e conseqüentemente fechamento definitivo do estabelecimento.

PARAGRAFO ÚNICO – a aplicação de pena não isenta o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma das leis civis, nem o eximem da responsabilidade criminal se houver.

Art. 353 – As infrações, a critério da autoridade sanitária serão classificados conforme as tabelas anexas a este Código.

PARAGRAFO ÚNICO – para imposição das penalidades será levado em consideração:

- I – a maior ou menos gravidade da infração;
- II – as suas circunstancias atenuantes e agravantes;
- III – os antecedentes do infrator com relação às normas sanitárias, com esta lei e demais legislação pertinente.

Art. 354 – os infratores enquanto estiverem em debito de suas penalidades, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos da Prefeitura, participar de licitação, fornecer, executar empreitada ou prestar serviço, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza,ou transacionar a qualquer titulo, com a administração municipal.

Art. 355 – o debito fiscal decorrente de multa e demais obrigações pecuniárias impostas, será judicialmente executado, se o responsável se recusar a liquidá-lo no prazo legal.

Parágrafo Único – O débito fiscal não pago no prazo legal, será inscrito em divida ativa.

Art. 356 – Pelas infrações às disposições às deste Código, serão impostas as multas em conformidade com a tabela anexa, sem prejuízo das demais obrigações pecuniárias, estabelecidas em cada caso para o infrator.

Art. 357 – As multas estipuladas neste Código, serão obrigatoriamente arrecadadas com as demais obrigações pecuniárias que forem devidas.

Ar. 358 – Nas reincidências as multas serão cobradas de conformidade com a tabela anexa, ou seja, em dobro.

Parágrafo Único – reincidente é aquele que violar preceitos deste Código e demais legislações pertinentes, cuja infração já tiver sido anteriormente cometida.

Art. 359 – Quando, por qualquer forma, o infrator dificultar ou impedir a fiscalização, as multas serão aplicadas com o seu valor triplicado.

Art. 360 – Exclui a imputação de infração, a causa de corrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que determinar qualquer alteração de produtos ou bens do interesse da saúde pública.

Art. 361 – Além do disposto no Artigo 345, são consideradas, infrações sanitárias:

I – construir, instalar ou fazer funcionar, quaisquer estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas ou outros produtos do interesse da saúde pública, sem registro, licença e autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando a legislação sanitária pertinente:

a- Pena-advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e /ou multa pecuniária;

II – produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vende, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios e matéria-prima alimentar ou alimentos “in natura” ou outros do interesse da saúde pública ou individual, sem licença, registro, ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

a- Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa pecuniária.

III – fazer propagandas de produtos sob vigilância sanitária, alimentos e outros, contrariando a legislação sanitária:

a- pena – advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ ou multa pecuniária.

IV – deixar aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doenças ou zoonoses de notificação compulsória as autoridades sanitárias:

a- pena – advertência e/ ou multa pecuniária.

V- Impedir ou dificultar aplicação de medidas sanitária relativas a doenças transmissíveis e o sacrifício de animais selvagens e domésticos considerados perigosos, por constituir fonte de infecção, vetores, veículos, ou agentes transmissíveis:

a- pena – advertência ou multa pecuniária.

VI – obstruir ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções:

a- pena – interdição, cancelamento da licença e autorização e ou multa pecuniária.

VII – reaproveitar vasilhames de saneantes, e congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos a saúde, no envasilhamento de alimentos e bebidas:

a- pena – apreensão, inutilização, cancelamento do registro, e ou multa pecuniária.

VIII – expor a venda ou entregar ao consumo, produtos do interesse da saúde, cujo o prazo de validade tenha expirado, ou expor-lhes novas datas de validade, posteriores ao prazo de vencimento:

a- pena – apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e da licença e da autorização e ou multa pecuniária.

IX – industrializar produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico legalmente habilitados:

a- pena – apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e ou multa pecuniária.

X- aplicação de inseticidas, raticidas e outros, cuja a ação se produza por gás ou vapor, em bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou freqüentadas por pessoas ou animais:

a- pena – interdição, cancelamento de licença de autorização e ou multa pecuniária.

XI – inobservância das exigências sanitárias relativas a imóveis, pelos seus proprietários, ou por quem detenha sua posse ou uso;

a- pena – advertência, interdição e ou multa pecuniária.

XII – fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas e aditivos para alimentos.

a- pena – apreensão, inutilização e ou interdição de produtos; suspensão de venda e ou fabricação de produtos; interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento e ou multa pecuniária.

XIII – descumprir atos emanados das autoridades do município que visem aplicação da legislação pertinente:

a- pena – advertência, apreensão, inutilização e ou interdição de produtos, suspensão de vendas e ou fabricação de produtos, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença e ou multa pecuniária.

Parágrafo Único – Independem de licença para funcionamento os estabelecimentos integrantes da administração pública, ou por ele instituídos, ficando sujeitos, porém, as exigências pertinentes as instalações, aos equipamentos, a assistência e responsabilidade técnica, ao pessoal que direta ou indiretamente esteja envolvido no processo, passível de se tornarem transmissor ou fonte de infecção.

## Seção II

Das penalidades Inerentes as autoridades Fiscais.

Art. 362 – Serão punidos com multa equivalentes a quinze dias do respectivo vencimento ou remuneração:

I – os funcionários que se negarem prestar orientação, quanto as suas posturas e leis municipais, quando solicitadas;

II – os agentes fiscais que por negligencia ou má fé, lavrarem autos em desobediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade ou, verificada a infração, deixarem de autuar o infrator, ou ainda receber qualquer benefício proveniente da omissão para com o ato faltoso.

Parágrafo Único – As multas de que trata este artigo, serão impostas pelo prefeito, mediante representação competente, se de outro modo não dispuser o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 363 – O pagamento de multa cominada na forma do artigo anterior torna-se exigível depois de transitada em julgada a decisão que a impôs.

### Seção III

#### Da correção monetária

Art. 364- Os débitos decorrentes do não recolhimento no prazo, de multa e demais obrigações pecuniárias que não forem efetivamente liquidados no trimestre civil em que deveriam ter sido pagos, terão o seu valor atualizados monetariamente em função das variações do poder aquisitivo da moeda nacional.

Parágrafo Único – O valor do débito a que se refere este artigo será atualizado segundo os coeficientes aplicáveis pelas repartições fiscais da união, na forma prevista na lei federal nº 4.357 de 16 de julho de 1964, e alterações posteriores.

Art. 365 – A correção monetária prevista no artigo anterior, aplicar-se-á também aos débitos cuja a cobrança seja suspensa por mediada administrativa ou judicial, salvo se o infrator tiver depositado em moeda corrente, a importância questionada.

Parágrafo Único – As importâncias depositadas pelos infratores, em garantia de instância administrativa ou judicial, serão devolvidas, obrigatoriamente, no prazo Máximo de sessenta dia, contados da data da decisão que houver reconhecido a procedência do recurso interposto tempestivamente .

Art. 366 – Os juros de mora serão calculados sobre os montantes do debito fiscal, corrigido monetariamente.

### Capítulo III

#### Do Processo Fiscal

### Seção I

Art. 367 – A ação fiscalizadora será exercida pelas autoridades fiscais do município, no âmbito de suas atribuições, que se incumbirão de cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente.

Parágrafo Único – se estenderá esta ação sobre os alimentos e pessoal que os manipule, sobre os locais e instalações onde se fabrica, produza, beneficie, manipule, acondicione, conserve, deposite, armazene, transporte, distribua, venda ou consuma alimentos e sobre todos os locais de interesse da saúde pública, na área de atuação, podendo ser isolada ou Federal competente.

Art. 368 – A autoridade ou funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligencias, fará ou lavrará, sob sua assinatura, Termo circunstanciado do que apurar, do qual constarão além do mais que possa interessar, as datas iniciais do período fiscalizado e a relação das coisas ou mercadorias apreendidas ou interditadas, se for o caso.

Art. 369 – As infrações sanitárias serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de inscrição, observadas o rito e os prazos estabelecidos neste Código

Parágrafo Único – O auto de infração será avaliado pela chefia imediata da autoridade sanitária atuante, seguindo-se a lavratura do auto de imposição de penalidade, se for o caso.

Art. 370 – O auto de infração será lavrado em 3 vias no mínimo, destinando-se a primeira autuado e conterà:

I – o nome da pessoa física ou jurídica infratora, especificação do seu ramo de atividade e endereço;

II – o ato ou fato constitutivo da infração e o local a hora e a data respectivas;

III – a disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV – indicação do dispositivo legal, ou regulamentar que comina a penalidade a qual fica sujeito o infrator;

V – o prazo de 8 dias para a defesa ou impugnação do auto de infração;

VI – nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;

VII – a assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou prepostos, e em caso de recusa a consignação desta circunstância pela autoridade autuante e assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Art. 371 – Os servidores ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos da infração, sendo passíveis de punição por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 372 – Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir ainda para o infrator obrigação a cumprir, será ele intimado a fazê-lo no prazo de trinta dias.

Parágrafo único – O não cumprimento da obrigação subsistente, no prazo fixado, além da sua execução obrigatória, acarretaria, após decisão irrecorrível, a imposição de multa arbitrada de acordo com o valor correspondente à classificação da infração em grau Máximo quinzenalmente, até o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo e outras penalidades, previstas na legislação vigente.

Art. 373 – Se, a critério das autoridades sanitárias competentes, após parecer escrito, a irregularidade não constituir perigo iminente para a saúde pública, será expedido termo de intimação ao infrator, dando-lhe prazo Máximo de trinta dias para corrigi-la.

Parágrafo Único – O prazo para cumprimento da intimação, será contado a partir da data do vencimento do prazo de defesa do auto da infração ou da publicação do indeferimento desta, quando houver.

## Seção II

### Da apreensão ou interdição

Art. 374 – Poderão ser apreendidas ou interditadas as coisas moveis, e imóveis, inclusive mercadorias e documentos existentes em estabelecimentos comerciais, industriais, agrícola ou profissional, do contribuinte responsável, ou de terceiros, em outros lugares ou em

transito, que constituam prova material de infração às normas de posturas, estabelecidas neste código em Lei ou Regulamento.

Parágrafo Único – Havendo prova fundada ou respeita, de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais sem prejuízo das medidas necessárias, para evitar o remoção clandestina.

Art. 375 – da apreensão lavrar-se-á termo próprio com os elementos do auto de infração, observando-se no que couber as disposições neste Código.

§ 1º o termo de apreensão constará a descrição das mercadorias ou coisas apreendidas, a indicação do lugar onde ficarem depositadas, e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo atuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do atuante.

§ 2º -quando se tratar de produtos deverá especificar sua natureza, peso ou volumes, qualidades, origem, registro e outros dados comprovadores, se necessário.

Art. 376 – Se o autuado não provar o preenchimento dos requisitos ou o cumprimento das exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, no prazo de quinze dias após a apreensão, serão as coisas ou mercadorias levadas a hasta publica ou leilão, exceto os gêneros alimentícios.

Parágrafo Único – Apurando-se a venda em hasta publica ou leilão importância superior a multa, acréscimos legais, e demais custos, resultantes da modalidade de venda, será o autuado notificado para em prazo não superior a trinta dias, receber o excedente.

Art. 377 – As omissões ou incorreções dos termos fiscais não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator, podendo, a critério da autoridade fiscal, ser lavrado o termo aditivo.

Art. 378 – A assinatura do infrator não constitui formalidade essencial à validade dos termos fiscais, não implica em confissão, recusa e nem agravará pena.

Art. 379 – Da lavratura dos termos fiscais, será intimado o infrator:

I – pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega da copia ao autuado, seu representante ou proposto, contra recibo datado do original;

II – por carta, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário, ou alguém de seu domicílio;

III – quando por edital, com prazo de quinze dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.

Art. 380 – A intimação presume-se feita:

I – quando pessoal, na data do recibo;

II – quando por carta, na data do recibo de volta e, se for este omitido, quinze dias após a entrega da carta com AR, no correio;

III – quando por edital, no termo do prazo contado da data de fixação ou publicação.

Art. 381 – As intimações subseqüentes a inicial quando necessárias for-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo e por carta ou edital, conforme as circunstâncias, observando o disposto no artigo 379 deste código.

### SEÇÃO III DA DEFESA

Art. 382 – o autuado apresentara defesa no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento da intimação.

§ 1º - findo o prazo constante deste artigo, sem que o autuado apresente defesa, será considerado revel.

§ 2º - o termo de revelia impedira recurso para julgamento singular de primeira instancia.

Art. 383 – A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde correr o processo.

PARAGRAFO ÚNICO – Apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de cinco dias para apreciação.

Art. 384 – Na defesa, o autuado alegara toda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir e arrolará até testemunhas no máximo.

Art. 385 – Findos os prazos previstos nos artigos 382 e 383 desta Lei poderá a autoridade de primeira instancia, se entender necessário, baixar o processo para novas diligencias, no prazo de oito dias.

§ 1º - findo o prazo previsto neste artigo, o processo será remetido à autoridade de primeira instancia, que julgara e proferira despacho decisório, impondo as penalidades cabíveis.

§ 2º - a autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, face às provas produzidas no processo.

### SEÇÃO IV DA DECISÃO EM PRIMEIRA INSTANCIA E RECURSOS

Art. 386 – A decisão redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração, definido expressamente os seus efeitos.

§ 1º - sendo a decisão de primeira instancia favorável ao fisco municipal, será extraída contra o autuado, ato de intimação, ficando o prazo de quinze dias contados do “CIENTE”, para pagamento do debito.

§ 2º - durante o prazo mencionado no parágrafo 1º deste artigo, será facultado ao autuado recurso dirigido ao Prefeito.

§ 3º - os recursos interpostos depois de esgotado o prazo do parágrafo 1º deste artigo, serão encaminhados obrigatoriamente ao Prefeito, que deles poderá conhecer excepcional, observados sempre o contido nas disposições desta lei.

§ 4º - findo o prazo mencionado no parágrafo 1º deste artigo, e não tendo sido tomadas as medidas previstas no parágrafo 2º, será expedido memorando de cobranças amigável, sendo aguardado no prazo de 15 dias, contado do “ciente”, o comparecimento do autuado, para liquidação do debito.



§ 5º - em qualquer fase do julgamento em primeira instancia, poderá o Prefeito, nos casos em que julgar conveniente, avocar processos fiscais reformando inclusive, despachos proferidos pelas autoridades que lhes são subordinadas.

## SEÇÃO V DA GARANTIA DE INSTANCIA

Art. 387 – nenhum recurso voluntário interposto pelo autuado, será encaminhado ao Prefeito, sem prévio depósito das quantias exigidas extinguindo-se o direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo legal.

Art. 388 – quando a importância total do litígio exceder de seis UFA, permite-se a prestação de fiança, para interposição de recursos voluntários, requeridos no prazo que se refere no parágrafo 1º do artigo 382 deste Código.

§ 1º - a fiança prestar-se-á mediante indicação de fiador idôneo, à juízo da administração, ou pela caução de títulos da dívida pública.

§ 2º ficara anexado ao processo o requerimento que indicar o fiador, com a expressa aquiescência deste, se for casado, também de sua mulher, sob pena de indeferimento.

§ 3º a fiança mediante caução, far-se-á no valor das multas e obrigações pecuniárias exigidas, pelas cotações dos títulos nos mercados, devendo o recorrente declarar no requerimento, que se obriga a efetuar o pagamento remanescente da dívida, no prazo de oito dias contados da notificação, se o produto venda dos títulos não for suficientes para liquidação do débito.

Art. 389 – julgado idôneo o fiador, poderá o recorrente depois de intimado e dentro do prazo igual ao que restava quando protocolado o requerimento da prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovantes de idoneidade.

Parágrafo único – não se admitira como fiador, os sócios solidários, cotistas ou comanditários da firma recorrente, nem devedor da fazenda Municipal.

Art. 390 – Recusados dois fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 5 (cinco) dias, ou de prazo de igual ao que lhe restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se este prazo for maior.

## SEÇÃO VI DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Art. 391 – havendo recursos voluntários e na forma dos artigos 386 e 387, as decisões fiscais definitivas serão cumpridas:

I – pela notificação do sujeito passivo e, quando for o caso, também de seu fiador, no prazo de dez dias, para satisfazer ao pagamento do valor da condenação,

II – pela notificação ao sujeito passivo para receber a importância indevidamente recolhida;

III – pela notificação do sujeito passivo para receber ou, quando for o caso de pagar, no prazo de dez dias a diferença entre:

a. o valor da condenação e a importância depositada em garantia de instancia;

b. o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionando, quando não satisfeitos o pagamento no prazo legal;

IV – pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos apresentados ou depositados, ou pela prestação do produto de suas vendas se tiver havido alienação, ou de seu valor de mercado se houver ocorrido doação.

Art. 392 – a venda de títulos de dívida pública aceita em caução, não será realizada abaixo da cotação, deduzidas as despesas legais de venda, inclusive as taxas oficiais de corretagem, procedendo em tudo que couber, na forma do item III, letra “b” do artigo 391 deste Código.

## SEÇÃO VII DOS PRAZOS

Art. 393 – os prazos fixados no Código de Postura do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

PARAGRAFO ÚNICO – a legislação de postura poderá fixar, ao invés de concessão de prazo em dias, data certa para o pagamento de multas e demais obrigações financeiras.

Art. 394 – os prazos somente se iniciam ou vencem, em dias de expediente normal da repartição em que ocorra o processo ou deva ser praticado o ato.

PARAGRAFO ÚNICO – não ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o início ou fim do prazo será transferido ou prorrogado para o primeiro dia de expediente normal imediatamente após ao estabelecimento.

## TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 395 – fica o poder executivo autorizado:

I – promover e incentivar, no Município, campanhas e programas de educação e orientação relativos à higiene, saneamento, tranquilidade e ordem pública, a fim de desenvolver a mais ampla colaboração dos munícipes com as autoridades, na consecução e no aperfeiçoamento da saúde e bem estar da comunidade;

II – regulamentar e baixar normalizações técnicas complementares às disposições desta lei, no que couber ou se fizer necessário.

III – proceder os desdobramentos operacionais da estrutura básica da Prefeitura Municipal, que se fizerem necessárias à aplicação da presente Lei.

Art. 396 – o valor da UFA (Unidade Fiscal de Amambaí) é fixada em Cr\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil Cruzeiros).

Art. 397 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especialmente as legislações Municipais anteriores e similares que com esta conflitem.

Gabinete do Prefeito, 10 de Dezembro de 1.984.

NESTOR SILVESTRE TAGLIARI  
Prefeito Municipal

Publicada em 10.12.84.

MARCOS OLIVEIRA GUIMARÃES

Secretario

| TABELA DE MULTAS PECUNIÁRIAS SOBRE INFRINGENCIAS AOS<br>DISPOSITIVOS DE POSTURA MUNICIPAL – ANEXO A LEI 1078/84 |          |          |  |                                      |     |
|---|----------|----------|--|--------------------------------------|-----|
| IDENTIFICAÇÃO<br>INFRINGENCIAS  |          |          | DISPOSITIVOS   |                                      |     |
| EM U.F.A  |          |          |  |                                      |     |
| TITULO  | CAPITULO | SEÇÃO    | ASSUNTOS   | ARTIGOS                              | . % |
| IV  | VII      | II       | Dos Cemitérios   | 99° A 104°                           | 400 |
| IV  | VIII     | I        | Dos locais de Trabalho   | 105° a 113°                          | 300 |
| IV  | VIII     | II       | Das instalações sanitárias   | 114° a 121°                          | 400 |
| IV  | VIII     | III      | Das instalações de Vestiários  | 123° a 125°                          | 300 |
| IV  | VIII     | IV       | Das Dependências de Refeitórios  | 126° a 127°                          | 400 |
| IV  | VIII     | V        | Da proteção individual dos operários                                     | 129°                                 | 200 |
| IV  | IX       | I        | Dos salões de barbeiro, cabeleireiro, institutos de beleza e congêneres. | 131° a 133°                          | 300 |
| IV  | IX       | II       | Das Empresas Especializadas na aplicação e outros                        | 134° a 135°                          | 300 |
| IV  | IX       | III      | Dos hospitais, Casas de saúde, maternidade, clinicas e congêneres.       | 137°                                 | 400 |
| IV  | IX       | IV       | Dos Estabelecimentos que produzem ou Manipulam Gêneros Alimentos         | 138° -§ 1°, 139° a 143°, 145° a 165° | 500 |
| V   | I        | -        | Dos alimentos – Disposições Gerais                                       | 170° a 186°                          | 500 |
| V   | II       | I        | Da higiene dos Alimentos – Normas Gerais                                 | 188° a 199°, 201°                    | 600 |
| V   | II       | III E IV | Interdição, apreensão e inutilização de gêneros alimentícios             | 204°, 207°, 209°                     | 600 |
| V   | II       | V        | Do armazenamento e transporte de alimentos                               | 212° a 217                           |     |

| TABELA DE MULTAS PECUNIARIAS SOBRE INFRINGENCIAS AOS DISPOSITIVOS DE POSTURA MUNICIPAL-ANEXO A LEI Nº 1078/84 |          |             |  |  |            |
|---|----------|-------------|--|--|------------|
| IDENTIFIC<br>AÇÃO   |          | DIPOSITIVOS |  | INFRINGENCIAS                                | EM U. F .A |
| TITULO  | CAPITULO | SEÇÃO       | ASSUNTOS   | ARTIGOS                                      | %          |
| VI  | I        | -           | Da higiene das Vias e logradouros Públicos                           | 218º a 222º,224º,226º                        | 700        |
| VI  | II       | -           | DAS Feiras livres  | 228º a 236º                                  | 400        |
| VI  | III      | -           | Dos loteamentos de Terrenos para fins de Expansão de Núcleos urbanos | 238º a 240º                                  | 500        |
| VII   | I        | -           | Da vigilância Epidemiológica – Medidas Gerais de Profilaxia          | 245º,247º,259º - § 1º e itens II e III       | 200        |
| VII   | II       | -           | Da profilaxia da Hanseníase  | 260º,261º, - § 3º, itens I e II, 263º e 264º | 300        |
| VII   | III      | -           | Da Profilaxia da Tuberculose   | 268º a 271º                                  | 400        |
| VII   | IV       | -           | Da notificação Compulsória   | 272º a 274º e 276º                           | 300        |
| VIII  | II       | -           | Da moralidade e do sossego Público                                   | 280º a 285º                                  | 400        |
| VIII  | III      | -           | Das casas de Diversões Públicas                                      | 287º,289º                                    | 400        |
| VIII  | IV       | -           | Dos Festejos Carnavalescos   | 290º   | 400        |
| VIII  | V        | -           | Dos locais de culto  | 291º   | 200        |
| VIII  | VI       | I           | Da Utilização dos Logradouros Públicos                               | 292º, 293º                                   | 500        |
| VIII  | VI       | II          | Do transito publico  | 294º, 295º                                   | 500        |
| VIII  | VI       | III         | Das obras em Vias e logradouros públicos                             | 296º, 297º                                   | 600        |

TABELA DE MULTAS PECUNIARAS SOBRE INFRINGENCIAS AOS DISPOSITIVOS DE POSTURA MUNICIPAL – ANEXO A LEI Nº 1078/84

| IDENTIFICAÇÃO<br>INFRINGENCIAS |          |       | DISPOSITIVOS                                      |                                 |     |
|--------------------------------|----------|-------|---|---------------------------------|-----|
| EM U.F.A                       |          |       |   |                                 |     |
| TITULO                         | CAPITULO | SEÇÃO | ASSUNTOS  | ARTIGOS                         | %   |
| VIII                           | VI       | IV    | Das ocupações de Vias e Logradouros               | 298º a 303º e 304º-itens I a VI | 600 |
| VIII                           | VII      | -     | Das medidas referentes aos Animais                | 305 a 308º                      | 400 |
| VIII                           | VII      | -     | Dos inflamáveis e Explosivos                      | 311º a 313º                     | 800 |
| VIII                           | IX       | -     | Dos anúncios e cartazes                           | 314º a 316º, 319º               | 400 |
| VIII                           | X        | -     | Do funcionamento dos alto-falantes                | 321º,322º,326º a 328º,331º      | 400 |
| IX                             | I        | I     | Do licenciamento dos estabelecimentos localizados | 332º a 334º                     | 400 |
| IX                             | I        | II    | Do licenciamento do Comercio Ambulante            | 336º,337º - § 2º                | 400 |
| IX                             | II       | -     | Do horário de funcionamento                       | 339º, 340º                      | 600 |
| IX                             | III      | -     | Das licenças para Construções                     | 341º a 344º                     | 500 |
|                                |          |       | Amambai – ms, 10 de dezembro 1.984                |                                 |     |